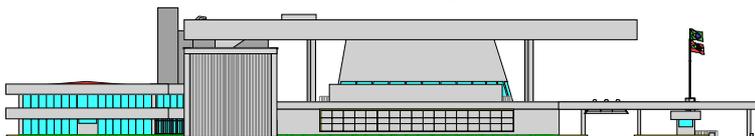


PALÁCIO BARRIGA VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

ANO LXI

FLORIANÓPOLIS, 26 DE OUTUBRO DE 2012

NÚMERO 6.477

MESA

Gelson Merisio
PRESIDENTE

Moacir Sopelsa
1º VICE-PRESIDENTE

Nilson Gonçalves
2º VICE-PRESIDENTE

Jailson Lima
1º SECRETÁRIO

Reno Caramori
2º SECRETÁRIO

Antonio Aguiar
3º SECRETÁRIO

Ana Paula Lima
4ª SECRETÁRIA

LIDERANÇA DO GOVERNO
Edison Andrino

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

PARTIDO PROGRESSISTA
Líder: Silvio Dreveck

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: Aldo Schneider

PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO
Líder: Darci de Matos

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Dirceu Dresch

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Dado Cherem

**PARTIDO TRABALHISTA
BRASILEIRO**
Líder: Narcizo Parisotto

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL
Líder: Angela Albino

PARTIDO POPULAR SOCIALISTA
Líder: Altair Guidi

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder: Sargento Amauri Soares

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Romildo Titon - Presidente
Adilor Guglielmi - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Silvio Dreveck
Serafim Venzon
José Nei Alberton Ascari
Dirceu Dresch
Volnei Morastoni
Edison Andrino

COMISSÃO DE TRANSPORTES E DESENVOLVIMENTO URBANO

Valmir Comin - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Angela Albino
Jean Kuhlmann
Mauro de Nadal
Pe. Pedro Baldissera
Marcos Vieira

COMISSÃO DE PESCA E AQUICULTURA

Pe. Pedro Baldissera - Presidente
Adilor Guglielmi
Altair Guidi
José Milton Scheffer
Darci de Matos
Aldo Schneider
Manoel Mota

COMISSÃO DE AGRICULTURA, E POLÍTICA RURAL

Manoel Mota - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Narcizo Parisotto
Mauro de Nadal
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi
José Nei Alberton Ascari

COMISSÃO DE TRABALHO, ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

Elizeu Mattos - Presidente
Silvio Dreveck - Vice-Presidente
Altair Guidi
Jorge Teixeira
Angela Albino
Manoel Mota
Marcos Vieira

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

José Nei Alberton Ascari - Presidente
José Milton Scheffer - Vice-Presidente
Dado Cherem
Luciane Carminatti
Dirce Heiderscheidt
Carlos Chiodini
Angela Albino

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Marcos Vieira - Presidente
Darci de Matos - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Sargento Amauri Soares
Valmir Comin
Manoel Mota
Luciane Carminatti
Neodi Saretta
Aldo Schneider

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Gilmar Knaesel - Presidente
Sargento Amauri Soares - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Marcos Vieira
Mauricio Eskudlark
Dirce Heiderscheidt
Volnei Morastoni

COMISSÃO DE ECONOMIA, CIÊNCIA, TECNOLOGIA, MINAS E ENERGIA

José Milton Scheffer - Presidente
Angela Albino - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Carlos Chiodini
Edison Andrino
Dirceu Dresch
Adilor Guglielmi

COMISSÃO DE TURISMO E MEIO AMBIENTE

Neodi Saretta - Presidente
Altair Guidi - Vice-Presidente
Gilmar Knaesel
Valmir Comin
Jorge Teixeira
Edison Andrino
Dirce Heiderscheidt

COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Jean Kuhlmann - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Pe. Pedro Baldissera
Narcizo Parisotto
Joares Ponticelli
Elizeu Mattos
Carlos Chiodini
Gilmar Knaesel
Ismael dos Santos

COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Serafim Venzon - Presidente
Dirce Heiderscheidt - Vice-Presidente
Jorge Teixeira
Manoel Mota
Pe. Pedro Baldissera
Sandro Silva
Valmir Comin

COMISSÃO DE DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS, DE AMPARO À FAMÍLIA E À MULHER

Luciane Carminatti - Presidente
Ismael dos Santos - Vice-Presidente
Dirce Heiderscheidt
Dado Cherem
Angela Albino
Silvio Dreveck
Romildo Titon

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Carlos Chiodini - Presidente
Luciane Carminatti - Vice-Presidente
Sargento Amauri Soares
Joares Ponticelli
Ismael dos Santos
Mauro de Nadal
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL, COMUNICAÇÃO, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E DO MERCOSUL

Adilor Guglielmi - Presidente
Narcizo Parisotto - Vice-Presidente
Kennedy Nunes
Jorge Teixeira
Elizeu Mattos
Edison Andrino
Neodi Saretta

COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Angela Albino - Presidente
Manoel Mota - Vice-Presidente
Silvio Dreveck
José Nei Alberton Ascari
Romildo Titon
Pe. Pedro Baldissera
Gilmar Knaesel

COMISSÃO DE SAÚDE

Volnei Morastoni - Presidente
Carlos Chiodini - Vice-Presidente
Serafim Venzon
Joares Ponticelli
Jorge Teixeira
Sargento Amauri Soares
Mauro de Nadal

COMISSÃO DE PROTEÇÃO CIVIL

Kennedy Nunes - Presidente
Aldo Schneider - Vice-Presidente
Manoel Mota
Dirceu Dresch
Angela Albino
Mauricio Eskudlark
Marcos Vieira

<p>DIRETORIA LEGISLATIVA</p> <p>Coordenadoria de Publicação: Responsável pela digitação e revisão dos atos da Mesa e publicações diversas, bem como editoração, diagramação e distribuição. Coordenador: Carlos Augusto de Carvalho Bezerra</p> <p>Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário: Responsável pela composição e revisão das atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias. Coordenadora: Lenita Wendhausen Cavallazi</p> <p>DIRETORIA DE TECNOLOGIA E INFORMAÇÕES</p> <p>Coordenadoria de Divulgação e Serviços Gráficos: Responsável pela impressão. Coordenador: Claudir José Martins</p>	<p>DIÁRIO DA ASSEMBLEIA</p> <hr/> <p>EXPEDIENTE</p> <hr/>  <p>Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina Palácio Barriga Verde - Centro Cívico Tancredo Neves Rua Jorge Luz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 3221-2500 Internet: www.alesc.sc.gov.br</p> <p>IMPRESSÃO PRÓPRIA - ANO XXI NESTA EDIÇÃO: 28 PÁGINAS TIRAGEM: 5 EXEMPLARES</p>	<p>ÍNDICE</p> <p>Plenário Ata da 025ª Sessão Especial realizada em 16/10/2012.....2 Ata da 101ª Sessão Ordinária realizada em 17/10/2012.....7 Ata da 026ª Sessão Especial realizada em 17/10/2012.....14</p> <p>Atos da Mesa Atos da Mesa.....17</p> <p>Publicações Diversas Extratos.....26 Ofício.....26 Portarias.....26 Projetos de Lei.....27 Redações Finais.....27</p>
---	---	--

P L E N Á R I O

ATA DA 025ª SESSÃO ESPECIAL

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 16 DE OUTUBRO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

PASSAGEM DO CENTENÁRIO DA GUERRA DO CONTESTADO

PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR

Sumário

DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - Discorre sobre os conflitos que resultaram na Guerra do Contestado.

FERNANDO TORKASKI - Aborda os interesses políticos e econômicos que levaram à Guerra do Contestado.

PÉRICLES PRADE - Refere-se aos fundamentos da Guerra do Contestado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Excelentíssimo senhor secretário de Segurança Pública, César Augusto Grubba, neste ato representando o excelentíssimo senhor governador do estado de Santa Catarina, João Raimundo Colombo;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Silvio Dreveck;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Neodi Saretta;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Padre Pedro Baldissera;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Maurício Eskudlark;

(Palmas)

Excelentíssimo senhor deputado estadual Dirceu Dresch;

(Palmas)

A presente sessão especial foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares pela passagem do centenário da Guerra do Contestado.

Neste momento teremos a interpretação do Hino Nacional pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do Hino Nacional.)

(Palmas)

Convido o eminente deputado Gilmar Knaesel para fazer parte da mesa.

Gostaria de citar as autoridades presentes: Senhor major Washington Luiz de Paula, neste momento representando o comandante da 14ª Brigada de Infantaria;

Senhor tenente-coronel Araújo, neste ato representando o comandante-geral da Polícia Militar, coronel Nazareno Marcineiro;

Senhor Joceli de Souza, presidente da Fundação Catarinense de Cultura;

Senhor Fernando Tokarski, escritor e historiador;

Senhor presidente da Ric Record, Mário Petrelli;

Senhor Marcos Mozer, neste ato representando o excelentíssimo senador da República Paulo Bauer;

Senhor assessor parlamentar Walter Cavallari de Queiroz Guerreiro, neste ato representando o excelentíssimo senador da República Luiz Henrique da Silveira;

Senhor Gilberto de Paula Cruz, secretário de Desenvolvimento Regional de Caçador;

Senhor Argos José Burgardt, secretário de Desenvolvimento Regional de Canoinhas;

Senhor tenente Márcio Umeda Takashina, neste ato representado o comandante da Base Aérea coronel Claus Kilian Hardt;

Senhor Ari Adamy, presidente da Fundação Universidade do Contestado;

Senhor Cláudio Schultz, chefe de gabinete do município de São Bento do Sul;

Senhor Luiz Cláudio Gayer, assessor do governo do município de São Bento do Sul;

Senhora Soeli Regina Lima, historiadora e escritora;

Excelentíssima senhora Siomara Muhlmann Corrêa, vereadora do município de Três Barras;

Senhor Antônio Luiz de Miranda, Conselheiro de Turismo do estado, representando a região do Contestado;

Excelentíssimo senhor Alinor Lescovitz; vereador do município de Três Barras;

Excelentíssimo senhor Wilson Pereira, vereador, neste ato representando a Câmara Municipal do município de Canoinhas;

Excelentíssimo senhor Daniel Cruz, vereador de Três Barras;

Magnífico reitor José Alceu Valério da Universidade do Contestado;

Excelentíssimo senhor Adelmo Alberti, prefeito do município de Bela Vista do Toldo;

Excelentíssimo senhor Renato Stasiak, prefeito do município de Porto União;

Excelentíssimo senhor Aldomir Roskamp, prefeito do município de Monte Castelo;

Excelentíssimo senhor Darcy Batista Bendlin, prefeito do município de Matos Costa;

Excelentíssimo senhor Leoberto Weinert, prefeito do município de Canoinhas;

Excelentíssimo senhor João Rodoger de Medeiros, prefeito do município de Santa Cecília;

Excelentíssimo senhor Vanderley Theodoro Agostini, prefeito do município de Curitibaanos;

Excelentíssimo senhor Alcides Francisco Boff, prefeito do município de Calmon;

Excelentíssimo senhor Rubens Bernardo Schmidt, prefeito do município de Ponta Alta do Norte;

Excelentíssimo senhor Jaime Cesca, prefeito do município de São Cristovão do Sul;

Excelentíssimo senhor Antonino Tiburcio Gonçalves, prefeito do município de Monte Carlo;

Excelentíssima senhora Ivonete Zager Felisbino, prefeita do município de Frei Rogério;

Excelentíssimo senhor Genir Antônio Junkes, prefeito do município de Santa Terezinha;

Excelentíssimo senhor Imar Rocha, prefeito do município de Caçador;

Excelentíssimo senhor Magno Bollmann, prefeito do município de São Bento do Sul;

Excelentíssimo senhor Valdecir Ferens, vice-prefeito do município de Santa Terezinha;

Excelentíssimo senhor Elenor Koch, vice-prefeito do município de Calmon;

Excelentíssimo senhor Marcos de Beffart, vice-prefeito do município de Correia Pinto;

Excelentíssimo senhor Beto Faria, vice-prefeito do município de Canoinhas;

Excelentíssimo senhor Vânio Foster, prefeito do município de Correia Pinto;

Excelentíssimo senhor Ingo Weiss, vice-prefeito do município Rio das Antas, neste ato representando o município;

Excelentíssimo senhor Hélio César Wendt, prefeito do município de Itaiópolis;

Excelentíssimo senhor Israel Kiem, prefeito do município de Major Vieira;

Excelentíssimo senhor Paulo Sérgio Dutra, prefeito do município de Mafra;

Solicito o eminente deputado Silvio Dreveck que assumira esta Presidência para que este deputado possa fazer uso da palavra.

O SR. DEPUTADO ANTÔNIO AGUIAR - (Passa a ler.)

“Senhor presidente; colegas parlamentares; integrantes desta mesa; todos os que prestigiam esta sessão especial da nossa Assembleia Legislativa; você que assiste à TVAL; que escuta a nossa Rádio Alesc; a Internet; senhoras e senhores.

Quero saudar o senhor Leoberto Weinert, prefeito de Canoinhas, em nome de todos os prefeitos presentes;

Saudar o senhor Beto Farias, vice-prefeito de Canoinhas e futuro prefeito, em nome de todos os vice-prefeitos presentes.

Saudar também o senador Casildo João Maldaner, que há uma hora fez um importante pronunciamento da nossa Guerra do Contestado.

A presente sessão especial foi por mim convocada e sua realização aprovada pela Mesa da Assembleia Legislativa do estado de Santa Catarina em reverência a todos os que participaram do episódio que chega a seu centenário, a Guerra do Contestado, conflito épico e marcante para a nossa história que mudou o cenário de Santa Catarina depois de conflamar uma área de aproximadamente 20 quilômetros quadrados, banhando de sangue durante longos 46 meses a região que vai do planalto catarinense, de Curitibaanos, Lages, até Canoinhas e Porto União, chegando ao meio-oeste,

passando por Caçador, Joaçaba, até a região de Irani, para citar os municípios que já existiam naquela época.

Os mais jovens talvez não façam ideia da extensão daquele conflito, e para dar a dimensão do que foi, da sua amplitude, basta lembrar que em sucessivos combates pereceram entre cinco e oito mil integrantes das forças insurgentes da região, e entre oitocentos e mil soldados de guarnições do governo federal e dos estados. Foram destruídos, durante o período do Contestado, cerca de nove mil casas e casebres em toda a região, incluindo povoados inteiros. Morreram homens, mulheres e crianças.

Quando aqui falamos de conflito entre estados, começamos a contextualizar a questão política dos limites de Santa Catarina e do Paraná, que se vinham acirrando desde o início do Século XX, com demandas judiciais em que o nosso estado requeria, junto à União, o direito de expansão de suas fronteiras territoriais.

Este foi apenas um dos componentes de deflagração de conflitos, aí numa esfera político-administrativa. Mas muito mais forte foi o componente social, que veio ganhando corpo após a conclusão da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, o antigo elo de ligação do sul com o leste do Brasil, nossa grande ferrovia da época, que foi construída por uma empresa norte-americana, a Brazil Railway Company.

A obra que envolveu esta ferrovia foi muito grandiosa para o seu tempo. Imaginem, se hoje ainda é um grande esforço construir um ramal ferroviário em nosso país, o que foi aquela obra, realizada há mais de cem anos.

Pois o ramal que hoje está desativado, que vai de Mafra a Piratuba, acabou de ser construído em 1910, num esforço enorme, com os trilhos sendo assentados em meio à mata nativa, com os operários tendo que rasgar a floresta, construir pontes, transpor rochas, tudo em nome de um grande projeto de integração nacional.

Mas foi a partir da conclusão da obra que a empresa começou a demitir os trabalhadores, a grande maioria deles homens simples, operários braçais, muitos jagunços, xucros, gente que tinha família, que precisava continuar ganhando a vida.

Eles perderam não apenas seus empregos, mas em seguida também suas terras, pois haviam se fixado ao longo do trecho da ferrovia, e um acordo do governo da República Velha garantia à empresa, por meio de uma subsidiária, a Lumber, o direito à exploração da madeira numa enorme faixa de 15 quilômetros para cada lado da estrada de ferro.

Sem pensar na gente que ali estava - todos posseiros, é bem verdade -, o governo federal considerou a área de aproximadamente 280 mil alqueires como terras devolutas da União, o que gerou um processo de expulsão das famílias. A empresa Lumber, de um norte-americano chamado Percival Farquhar, que era um homem de muitos negócios com o governo

brasileiro, começou a tirar pinheiro, imbuia e outras madeiras nobres, a construir grandes serrarias em Calmon e Três Barras. E montou uma verdadeira força policial, até com *cowboys* americanos para tirar quem estivesse pela frente na área de exploração das riquezas, a nossa madeira que depois ia embora, tanto para o centro do Brasil, como para o porto de São Francisco do Sul, para ser exportada, porque aí já estava implantado também o ramal de Mafra para o litoral. Ou seja, a estrada de ferro que deveria proporcionar um salto de desenvolvimento, que foi fator de geração de emprego e ocupação das terras, acabava por gerar um grande conflito social.

Aquela gente sofrida, então revoltada, começou a se organizar, inclusive com alguns fazendeiros que também tiveram suas terras expropriadas. E ganhou força um terceiro ingrediente para o conflito, que foi a questão religiosa.

Naquele tempo a medicina era precária, a religiosidade carecia de templos e pastores dos rebanhos daquela gente simples da região. Faltavam padres e igrejas. Faltavam médicos e hospitais.

Naquele cenário, desde o Século XIX, ganhou espaço o componente messiânico, a figura de monges que promoviam curas, que tinham o dom de promover a salvação de doentes com rezas e o conhecimento de remédios naturais, feitos com infusões. Eles conquistavam fiéis e eram reconhecidos como expoentes religiosos.

Primeiro foi João Maria D'Agostini, depois João Maria de Jesus, por último *José Maria*, este já no período em que o conflito do Contestado estava se estabelecendo com todos os seus ingredientes.

Então, já havia seguidores se organizando para um enfrentamento às milícias da empresa que vinha para explorar a madeira e expulsar a gente simples do lugar, as pessoas buscavam na fé e no sobrenatural um caminho para suas dores, e aquele conflito local estava em meio a outro, de ordem política, pelas divisas de Santa Catarina e Paraná.

Dáí em diante, veio uma guerra sangrenta e desigual, em que jagunços e a gente simples se defrontavam contra milicianos e depois militares, um conflito em que uns iam com bastões e algumas espingardas enquanto o outro lado atacava com metralhadoras e os melhores armamentos. Em que pela primeira vez se utilizou no Brasil a aviação para fins militares, para avistar os insurgentes em meio à mata espessa. Em que os moradores originais da área tiveram que usar técnicas de guerrilha para sobreviver.

Mas aquele conflito, que passou por muitos episódios, em que o sangue correu em muitos rincões de Santa Catarina, acabou com os insurgentes derrotados, pela exaustão e pela fome. Mas ainda assim podem ser considerados responsáveis pela integração de Santa Catarina, pois uma grande área de nosso Estado passou a ser reconhecida como território catarinense, a ponto de o Contestado ser uma grande marca do nosso regionalismo.

O Contestado marca os 100 anos de Santa Catarina por inteiro, é um episódio que não pode ser esquecido, merece o nosso reconhecimento, pois tantas vidas se perderam numa grande guerra, que para uns foi santa, para outros econômica ou política, mas hoje precisa ser vista como uma página que resultou na integração catarinense.

Eu tenho muito orgulho de pertencer à região do Contestado. De ter uma família radicada naquela região, onde hoje reina a paz e buscamos o progresso. Lá no Planalto Norte, como no Meio Oeste e em toda a Região Serrana, há muita gente com origens nas famílias que participaram da Guerra do Contestado. E não estamos interessados de que lado estavam nossos *ancestrais*. Mas hoje devemos reconhecer que aquele conflito ajudou a construir a nossa identidade, que é guerreira, de gente determinada a vencer e construir um Estado ainda melhor, com a visão sempre voltada para um futuro mais próspero, de mais igualdade social, de bem-estar para todos os catarinenses.

Há por trás daquele episódio da história muito para lembrar.

O exemplo da construção da ferrovia como fator de integração é um deles. Eu que sou filho de um ferroviário, defendo até hoje a grande importância que este modal de transporte representa para o desenvolvimento de nossa economia. Não só como meio de transporte das pessoas, mas para deslocar riquezas e promover o desenvolvimento.

Quando lembramos do messianismo, que foi uma marca do Contestado, também temos que lembrar do *respeito à fé, da pluralidade de crenças*, do respeito a todo tipo de forma de expressão, que é a *essência da Democracia*. E num outro viés devemos pensar na questão da qualidade de vida das pessoas, no acesso à saúde, pois naquele tempo muitos recorriam aos monges para buscar a salvação de doenças, para a cura milagrosa, para o amparo na fé às questões de saúde que não poderiam ser resolvidas de outra forma.

E quando pensamos na questão política do Contestado, no conflito de divisas com o Paraná, podemos lembrar que, ainda hoje, Santa Catarina reivindica os *royalties* da exploração do petróleo, quer ter direito a uma participação maior nas riquezas que consideramos ser nossas de direito e de fato.

Mas, mais importante que tudo, daquele episódio que hoje aqui festejamos seu centenário, devemos pensar na lição que o grande conflito proporcionou, que foi a integração catarinense, construída com tanto sacrifício, uma integração que devemos incentivar todos os dias, que é a *missão maior* desta Assembleia Legislativa, de promover o bem-estar dos catarinenses e a valorização de nosso Estado no contexto de nosso país e para além de suas fronteiras.

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Silvio Dreveck) - Neste momento, passo a Presidência, novamente, ao sr. deputado Antônio Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Queremos saudar o exmo. sr. prefeito do município de Campos Novos, Vilivaldo Erich Schmidt; o exmo. sr. prefeito do município de Três Barras, Eloi José Quege; o sr. presidente da Santur, Valdir Rubens Walendowski.

Convido, neste momento, o jornalista Valter Souza para proceder à nominata dos homenageados.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, boa noite!

Neste momento, o Poder Legislativo catarinense presta homenagem aos municípios que através de seus antepassados lutaram pela defesa do território catarinense e todas as personalidades que participaram para o desenvolvimento da região do Contestado.

Convido o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer as entregas das seguintes homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Cesar Augusto Grubba, secretário de estado da Segurança Pública, neste ato representando o sr. João Raimundo Colombo, governador do estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Marcos Moser, neste ato representando o exmo. sr. Paulo Bauer, senador da República.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o exmo. sr. Walter Cavallari de Queiroz Guerreiro, neste ato representando o exmo. sr. Luiz Henrique da Silveira, senador da República.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Agradeço ao sr. deputado Antônio Aguiar.

Convido para fazer as entregas das homenagens o sr. deputado Dirceu Dresch e o sr. deputado Gilmar Knaesel.

Convido para receber a homenagem o sr. professor Fernando Tokarski, historiador e membro da Academia de Letras Vale do Iguaçu;

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem a sra. Patrícia Beal de Córdova, neste ato representando o Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado;

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Pérciles Prade, neste ato representando a Academia Catarinense de Letras;

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o professor José Alceu Valério, neste ato representando a Fundação Universidade do Contestado, UNC;

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Neste momento o Poder Legislativo presta homenagem aos municípios que fazem parte da região do Contestado.

Agradeço ao deputado Dirceu Dresch e ao deputado Gilmar Knaesel.

Convido o deputado Antônio Aguiar e a deputada Luciane Carminatti, para fazer a entrega da homenagem.

Convido para receber a homenagem o sr. Leoberto Weinert, prefeito do município de Canoinhas.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Elói José Quege, prefeito do município de Três Barras.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Adelmo Alberti, prefeito do município de Bela Vista do Toldo.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o Sr. Imar Rocha, prefeito do município de Caçador.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Ismael Kiem, prefeito do município de Major Vieira.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Hélio Cesar Wendt, prefeito do município de Itaiópolis.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Genir Antônio Junckes, prefeito do município de Santa Terezinha.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Agradeço ao deputado Antônio Aguiar e também à deputada Luciane Carminatti.

Convido para fazer as entregas das homenagens o sr. deputado Silvio Dreveck.

Convido para receber a homenagem o sr. Magno Bollmann, prefeito do município de São Bento do Sul.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Aldimir Roskamp, prefeito do município de Monte Castelo.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Paulo Sérgio Dutra, prefeito do município de Mafra.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. João Rodoger de Medeiros, prefeito do município de Santa Cecília.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Agradeço ao sr. deputado Silvio Dreveck.

Convido o sr. deputado Maurício Eskudlark e o sr. deputado Antônio Aguiar, para fazer a entrega das homenagens.

Convido para receber a homenagem o sr. Renato Stasiak, prefeito do município de Porto União.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Darcy Batista Bendlin, prefeito do município de Matos Costa.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Alcides Francisc Boff, prefeito do município de Calmon.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem do deputado Maurício Eskudlark o sr. Ingo Weiss, vice-prefeito do município de Rio das Antas.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para fazer a entrega das homenagens o sr. deputado Padre Pedro Baldissera.

Convido para receber a homenagem do deputado o sr. Antoninho Tiburcio Gonçalves, prefeito do município de Monte Carlo.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Ivonete Zager Felisbino, prefeito do município de Frei Rogério.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Wanderley Theodoro Agostini, prefeito do município de Curitibaanos.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Jaime Cesca, prefeito do município de São Cristóvão do Sul.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Rubens Bernardo Schmidt, prefeito do município de Ponte Alta do Norte.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para fazer a entrega das homenagens o sr. deputado Neodi Saretta.

Convido para receber a homenagem o sr. Vilibaldi Erich Schmidt, prefeito do município de Campos Novos.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Vanio Fortes, prefeito do município de Correia Pinto.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

Convido o sr. deputado Antônio Aguiar para fazer a entrega da homenagem à sra. Roselina Cristina Pereira, testemunha ocular da história da Guerra do Contestado, marco significativo da união dos catarinenses.

Esta senhora tem, conforme informação que recebi, apenas 105 anos com essa disposição.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Convidamos o jornalista Valter Souza para receber a homenagem destinada ao senador Casildo João Maldaner, seu cunhado.

(Procede-se à entrega da placa.)

(Palmas)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Convidamos a todos para, após a sessão, assistirem a apresentação, no *hall* deste Poder, do espetáculo *Heróis do Contestado*, obra dirigida e coreografada pela professora de dança Nádia Inês Grapêgia Zolet e pesquisa histórica de Rosa Maria Tesser.

O espetáculo visa fortalecer a cultura regional, mostrando a saga do homem do Contestado nas diferentes paragens em que ele se encontrava, respaldando o caboclo, nos seus usos, costumes e hábitos, bem como seus meios de sobrevivência nas fontes econômicas e na expressão artístico-cultural do relacionamento do cotidiano.

O espetáculo de hoje contempla as coreografias de Francisca Roberta, Chica Pelega, Adeodato Manoel Ramos e Maria Rosa. Os bailarinos são atores que fazem parte dos grupos *Acqua Dança* e *Malha Dança* de Piratuba, Santa Catarina.

Os bailarinos são amadores e fazem parte estudantes e professores da rede municipal e estadual."

Neste momento, o coral brindará a todos com a música *Bela e Santa Catarina*, de José Acácio Santana.

(Procede-se à interpretação da música.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Convido para fazer uso da palavra, em nome dos historiadores, o historiador Fernando Torkaski.

O SR. FERNANDO TORKASKI - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, srs. deputados, integrantes da mesa, prefeitos, historiadores e autoridades presentes, quando nos primeiros dias de abril de 1915 os soldados do ensandecido capitão Tertuliano Potyguara arrasaram o reduto de Santa Maria deixando um dantesco cenário de mortes, mais de

uma centena de crianças ficaram vagando entre os cadáveres mutilados.

Majestosa, sob a pretensa ameaça monarquista, a claudicante república estava consolidada nos sertões do Contestado, embora os campônios chacinados tivessem morrido sem conhecer a bandeira aiververde, nem mesmo as primeiras letras do Hino Nacional ou as virtudes do novo estado. Mas o lema da ordem e do progresso havia prevalecido diante dos tiros dos canhões e sob as baionetas caladas, inclusive, na alma dos miseráveis.

O que fazer com aqueles infantes? A república não lhes tinha guarida, nem orfanatos, muito menos lares. A pequena massa de órfãos e deserdados era estorvo para a pátria. É claro que os minuciosos 'relatórios' do general Setembrino de Carvalho ignoraram o trágico destino daqueles incapazes. Mas os vaqueanos do coronel Fabrício Vieira e do capitão Pedro Leão de Carvalho, o Pedro Ruivo, eram homens de confiança e sabiam o que deveria ser feito. Para o bem nacional, ao fio de espadas e facões as crianças foram apagadas da história.

O historiador Nilson Thomé, uma das maiores autoridades brasileiras quando se fala em Guerra do Contestado, tem uma das melhores definições sobre o conflito ao dizer que para os estudiosos ela foi uma insurreição xucra ou uma guerra civil; para os religiosos, uma rebelião de fanáticos; para os sociólogos, um conflito social; para os antropólogos, um conflito messiânico; para os políticos, uma tentativa de desestabilização das oligarquias; para os administradores públicos, uma questão de divisas; para os militares, tratou-se de uma campanha militar; para os socialistas, uma luta pela terra. Entretanto, para historiadores regionais a Guerra do Contestado foi tudo isso simultaneamente.

Se o Contestado tem um ciclo tropeiro, à gênese da sua formação territorial também podemos dizer que a região foi batizada sob a égide do facão lapeano, quando os ervais se tornarão o paraíso nos primórdios da economia do chimarrão. E milhares de pessoas encontraram naquele pedaço de chão o verde eldorado. A história da região do Contestado e a história da ervamate. Do verde do chimarrão sintetizamos nossas tradições e o fausto da nossa economia, principalmente quando vivíamos sob a febre do mate e muito contribuimos para o desenvolvimento de Santa Catarina, sustentando inclusive as bases da industrialização de Joinville.

O facão lapeano norteou os primeiros passos da ocupação e alimentou a formação do homem regional. Mais tarde, é bem verdade, o mesmo facão também serviu como contundente instrumento de ataque e defesa na Guerra do Contestado. Mas foi o mesmo rude, porém valioso e servil, facão lapeano que abriu atalhos, teceu descampados, desenhou caminhos, construiu moradas e espargiu povoados.

Acredito que neste momento é desnecessário reprisar os incontáveis fatos cronológicos da Guerra do Contestado. Ela

marcou o início do exército nacional moderno, o uso do avião como instrumento de guerra na América e o surgimento de uma leva de jovens oficiais como inimigos ferrenhos da liberdade e que tinham forte preconceito contra o povo inculto. Esses militares como Euclides de Figueiredo, Teixeira Lott e outros, desovaram suas ideias nas revoluções posteriores, inclusive no Golpe Militar de 1964.

Quando o exército chegou à região, não trouxe qualquer preocupação social, ele veio para proteger interesses econômicos e políticos como o da construção da ferrovia, garantir o funcionamento da madeireira, a manutenção das oligarquias locais e o fortalecimento do jovem e claudicante modelo republicano. Ao invés de trazer escolas, professores, meios de transporte, saúde e segurança o governo preferiu enviar canhões, bombas, metralhadoras, fuzis, execuções sumárias e degolas.

A Guerra do Contestado serviu para redesenhar os mapas de Santa Catarina e do Paraná, mas também serve para entendermos por que a região do conflito é a catarinense mais pobre. Durante 63 anos a região ficou sob disputa, mas em 1916 oficial e definitivamente ela foi incorporada a Santa Catarina, efetivamente isso não ocorreu até hoje, passados quase cem anos do final do conflito.

No entendimento dos governantes, os revoltosos do Contestado eram apenas bandidos e vadios que aviltavam o sistema republicano e os interesses capitalistas. Não eram trabalhadores nem homens honrados. Para isso precisavam ser extirpados da vida, tais quais as crianças do reduto de Santa Maria. Mesmo cessada a guerra, a população do Contestado viveu à margem dos grandes empreendimentos econômicos e sociais, como cidadãos de segunda classe, adotados por necessidade e piedade.

Para compreender a razão essencial do Conflito do Contestado, é necessário centralizar a entrada do capitalismo nas áreas rurais expropriando terras e transformando costumes e tradições, numa investida feita em nome do progresso e da civilização, ostensivamente apoiada pelo governo e pelas elites. Não é à toa que ela foi chamada de A Guerra do Progresso.

O capitalismo brasileiro, tal qual conhecemos, nasceu no Contestado. A Brazil Railway e a Lumber inauguraram no país o sistema imperialista que viria a se consolidar no Brasil após a Segunda Guerra Mundial. O Contestado é apenas a história de uma guerra, mas um dos fenômenos mais importantes da história nacional, um exemplo de uma luta pela justiça social. É o episódio mais emblemático da história catarinense e um dos mais importantes da história do país, embora alguns historiadores insistam em ignorá-lo ou a tratá-lo com irrelevância.

Hoje estamos comemorando os cem anos do início da Guerra do Contestado. Estamos orgulhosos por estarmos aqui nesta Casa em ocasião tão solene, representando neste modesto pronunciamento aqueles que estudam o conflito e entendem o seu

significado na historiografia e no cotidiano econômico, social e político regional.

Todavia, é relevante dizer que os baixos índices de desenvolvimento humano registrados na região do Contestado são frutos de um modelo econômico questionável, seguidor da lógica das serrarias, que é a exploração desenfreada do meio ambiente, dos baixos salários, do lucro desmedido e a da concentração de renda e da aplicação dos lucros em outros locais; da exaustão das fontes e do fim irremediável tendo como heranças a pobreza e as desigualdades sociais.

Hoje, empresas transnacionais regionalmente dominam o plantio e a extração de espécies arbóreas exóticas, mas a realidade continua a mesma, agravada pela proliferação de desertos verdes, de persistentes agressões ambientais e da redução da presença do homem nas áreas rurais, ampliando os inchaços urbanos e os problemas deles decorrentes.

Na condição de historiadores não temos condições de asseverar o que necessita ser feito para efetivamente inserir a região do Contestado no quadro daquela imagem de desenvolvimento, prosperidade e qualidade de vida que as governanças e os veículos midiáticos mostram quando se fala de Santa Catarina. Mas arriscamos a dizer que esse processo necessariamente passa pelo resgate da dívida histórica que o litoral e Joinville têm com a região do Contestado, com mudanças substanciais na planta econômica e também, especialmente, com a ampliação e a valorização da representatividade política regional. O Contestado não pode continuar apenas como um celeiro de votos.

De certa forma, passados cem anos do início do conflito, o território do Contestado precisa ser presenteado no mapa das prioridades políticas públicas, pois sua população continua carente de medidas efetivas que promovam a sua inserção no contexto social, evitando que a orfandade das crianças do cerco e do massacre de Santa Maria se perpetue e se petrifique na população regional como a única herança a ser tragicamente comemorada nos próximos aniversários da Guerra do Contestado.

Que São João Maria abençoe a todos!

Muito obrigado!"

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Gostaria de saudar ainda o excelentíssimo sr. prefeito do município de Piratuba, Adélio Spanholi.

Convido para fazer uso da palavra, em nome dos homenageados, o escritor, dr. Péricles Prade, presidente da Academia Catarinense de Letras.

O SR. PÉRICLES PRADE - Na pessoa do deputado Antônio Aguiar, estendo os meus cumprimentos aos integrantes desta augusta mesa parlamentar.

Autoridades exponenciais, demais autoridades, prefeitos, prefeita, senhoras e senhores.

Pretendia, inicialmente, fazer algumas incursões de ordem histórica haja vista a cerimônia hoje realizada, visando lembrar um episódio de tanta ressonância geográfica e histórica.

Contudo, não o farei como me propunha por quê? Porque ouvindo os discursos do presidente desta mesa e do historiador Fernando Tokarski, senti que tudo acabou se afinando e foram felizes ao comentarem, de forma concisa e precisa, tudo o quanto ocorreu na Guerra do Contestado, examinando-a sob vários aspectos, voltando-se ao passado e com os olhos dirigidos ao futuro.

Entretanto, não posso também me furtrar, nesta oportunidade, de assinalar alguns pontos, sendo que muitos poderão ser repetidos porque são questões de todos conhecidas, muito embora alguns detalhes muitas vezes não tivessem sido examinados como deveriam sê-lo.

São vários os denominados fundamentos, origens ou fatores da Guerra do Contestado: o religioso de cunho messiânico, o antropológico, o sociológico, o psicológico, o econômico, o político e o jurídico. E feliz estou agora ao perceber uma conjunção de ponto de vista, ou seja, aquele aqui declinado pelo historiador na linha segundo a qual nós não podemos nos fundar num único ponto porque há uma conjugação de fatores, fruto do caldo da cultura da época.

Ainda assim é importante lembrar no que tange ao fundo religioso de natureza messiânica. Este fundo retrata uma eleição por parte de pessoa simples de um modo diferenciado de ver as coisas à margem da religião instituída, porque o importante é sempre voltar-se para um mundo elevado e superior. Tanto que a monarquia, à época referida, não era aquela que dizia respeito à lembrança dos Bragança, mas a monarquia celeste, a do céu, que tem outra organização sem os reis e aquele *entourage* que todos nós conhecemos.

Essa visão religiosa messiânica é também de natureza antropológica porque se coaduna com a abordagem em que marcante é o perfil ou a posição do homem, ou dos homens que integram determinada comunidade. E se assim se fala, é porque também o lado sociológico é muito importante, porque houve, na época, uma crise social muito forte, a miséria era muito grande, posseiros foram desalojados, apesar da vida miserável em que viviam e conviviam.

Esse lado social, por sua vez, está imbricado com um fundamento que se pode denominar econômico porque naquele tempo houve a influência forte de um capitalismo com grande capilaridade no país, sob os auspícios e comando de um grande capitalista, Percival Faccort, que recebeu concessões do governo para exploração das nossas riquezas, e se é um lado positivo que é a abertura do progresso, há o outro lado que é a dizimação de vidas que ocorreram no antanho.

Esse lado econômico, ainda que haja essa conjugação de fatores, talvez seja o mais relevante de todos, tendo em vista a influência da empresa Halloween Company que depois, através da subsidiária Lumber and Collogencian Company, criaram situações consideradas irreversíveis tendo em vista o patrocínio político dos coronéis da época considerando a confluência de desejos comuns dos governos federal, estadual e local para, despejar todos aqueles, que apesar da miséria, podiam criar problemas às pretensões desenvolvimentistas ou de riquezas.

E por falar em político, quero dizer que no empate entre os parlamentares paranaenses e catarinenses foram os nossos que levaram a melhor, porque foram muito mais contundentes na defesa das nossas preocupações, em que pese certas influências nocivas, e tivemos conquistas no Supremo Tribunal Federal. A primeira em 1904, e depois em 1909, e depois em

1910, e não obstante isso a dificuldade da execução da decisão da Corte Superior.

Tudo isso ligado a uma situação jurídica, na questão dos limites, que acabou sendo levada a bom termo no Supremo pelo nosso defensor Conselheiro Mafra. Mas ainda os problemas se projetam e todos nós temos o dever de colaborar para a sua solução.

Hoje nada se comemora. Tragédia não se comemora, evoca-se. Aqui e agora há uma grande evocação. A evocação de um episódio histórico de repercussão local, estadual, brasileira e mesmo internacional devido a estudos que são efetuados a propósito dessa grande questão.

Agradeço a todos a oportunidade de ser ouvido. E agradeço principalmente o fato de ser escolhido para representar os homenageados em virtude de suas excelsas qualidades.

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - A Presidência agradece a presença das autoridades com assento à mesa e a todos que nos honraram com seu comparecimento, convidado-os para um coquetel e apresentação do espetáculo Heróis do Contestado no *hall* deste Poder.

Teremos agora a interpretação do Hino de Santa Catarina pelo coral da Assembleia Legislativa, sob a regência do maestro Reginaldo da Silva.

(Procede-se à interpretação do hino.)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 101ª SESSÃO ORDINÁRIA

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 14h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ana Paula Lima - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvío Dreveck - Volnei Morastoni.

SUMÁRIO

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e

invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

É lida e aprovada a ata.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Neste momento, acontece reunião extraordinária, simultânea das comissões de Justiça e de Finanças.

Assim, vamos suspender a presente sessão até o horário reservado aos Partidos Políticos, às 15h.

Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

Inscrito o eminente deputado Manoel Mota, a quem concedemos a palavra por até 16 minutos.

O SR. DEPUTADO MANOEL MOTA - Sr. presidente, sra. deputada, srs. deputados.

Eu sofri muito, deputado Maurício Eskudlark, com a questão da BR-101. Foram 21 anos de luta e não está concluída, ainda estão com os gargalos e dois trechos não concluídos. Foram 21 anos de muita luta, trabalho,

dedicação, responsabilidade, mais alguns processos nesses movimentos que ainda estou sendo penalizado.

E ontem participei de uma reunião da Associação Comercial, CDL de Florianópolis e mais 30 entidades.

Estão lutando há 14 anos pela alça viária entre os municípios de Palhoça e Biguaçu.

Ontem teve uma audiência pública para sabermos e nem o projeto está concluído. E deputada Dirce Heidercheirdt, acho que faz cinco anos que implantaram o pedágio que vai para sul e nem um projeto está concluído. Cobrarem pedágio sem estar à estrada concluída é tirar dinheiro da população. É colocarem a mão no bolso....

Quer dizer, a estrada não estava pronta com um pedágio dentro da cidade de Palhoça envolvendo a população daquela região.

É uma falta de respeito total. Agora estamos convivendo. Ontem estava aí uma representação extraordinária de entidades, discutindo a questão da alça viária.

O presidente é o deputado Valmir Comin e eu sou o vice-presidente. Ele viajou, assumi a presidência e comande a reunião. Vou entrar em contato com o fórum e eu disse ontem que eu iria me entregar de corpo e alma nessa ação. Vou entrar com o fórum catarinense, que são os senadores e deputados federais junto a comissão de Transportes e Obras para que possamos trazeremos primeiro o diretor do DENIT, depois o diretor da ANTT, que foi chamado a esta Casa para poder dar explicação e nem sequer um representante nem um telegrama e nem sua presença. É um desrespeito total com Santa Catarina.

Nós não podemos conviver com essa forma de segundo escalão.

Por isso, vamos trabalhar e muito, vamos dar todo apoio para essas entidades, lideradas pela Associação Comercial, pelo CDL, por algumas entidades muito fortes, para que possamos desafogar essa questão de Palhoça até Florianópolis, não tem mais como conviver com isso. Quem chega às 9h se torna mais longe a distância de Palhoça até Florianópolis do que Palhoça até Araranguá, porque não adianta a distância ser pequena, o motorista tem que percorrer dez metros e parar. Essa alça viária vai desenvolver uma região inteira, os empresários da área do transporte vão percorrer a região com muita rapidez, isso não acontece atualmente eles ficam emperrados nessa região, o que se torna um problema terrível.

E ontem, tivemos conhecimento que mais de 30 entidades estão trabalhando na questão da alça viária de Florianópolis, faz 14 anos que não temos respostas, a população se quebra, pagando impostos e as respostas não acontecem.

E eu agora vou me integrar de corpo e alma com a Associação Comercial, com a CDL, com essas 30 entidades para buscar resultados, nem que eu tenha que tomar medidas radicais. E eu sou bom nisso, modéstia a parte! Para fechar Palhoça e Biguaçu por duas horas, e fazer formar fila de carros até Cutitiba e Porto Alegre, quem sabe chamamos atenção das autoridades para cumprirmos os seus compromissos. Faz cinco anos que foi feito o pedido, faz três anos que a empresa ganhou a licitação do pedágio, faz três

para a construção da alça viária, faz cinco anos e nem sequer concluíram o projeto de engenharia, quanto mais à obra. E fica dessa forma a população desesperada, porque não tem como sair nesse trecho, se chega a São José e se pega o acesso sul não tem como passar, se vier pela via expressa também não tem como ultrapassar, se vir pelo norte, saindo do Quartel da Polícia, também não tem como passar, porque é inviabilizado pelo transporte de caminhões de carga do Brasil que passam por essa região, por essa estrada.

Mas no momento que essa alça viária sair do papel e for construída, nós vamos ter tranquilidade, vai ficar a obra pronta, vamos morar em Palhoça sem problema nenhum. Mas hoje, meu caro presidente, não tem como morar em Palhoça, só saindo de madrugada para chegar a Florianópolis às 12h, só a deputada Dirce Heiderscheidt, que sai de madrugada e chega a Florianópolis ao meio-dia. Não tem como percorrer esse trecho! É preciso se tomar algumas medidas, e nós não podemos ser tratados como segundo escalão, terceiro escalão, porque as obras não saem. Só a BR-101 já vai para 15 anos que está em obra. Sendo que fizeram em dois anos uma obra no mar de 46 quilômetros com cinco pistas, uma obra no mar com ponte, e nós aqui com 348 quilômetros numa estrada plana, sem problema, faz 15 anos que está em obra.

E porque acontece isso aqui no Brasil?

Eu acho que acontece isso aqui no nosso país, porque existe o aditivo de 20%, quando demora, demora, não conseguem concluir a obra, é pedido mais aditivo e lá vem mais 20%. Teve empresa na obra da BR-101 que pediram 14 aditivos, e entregaram a obra sem concluir, então, o custo da obra mais que dobrou e não foi concluída. Eu acho que deve haver mais zelo pelo dinheiro público.

Quando o ex-presidente Lula, assumiu um compromisso na cidade de Itajaí, ele disse eu entrego a ordem de serviço até o final de ano.

Isso faz 11 anos! A ordem de serviço foi entregue, o serviço foi feito, mas as empresas não cumpriram, isso vem se arrastando e a população sofrendo.

Então, é preciso, sim, que sejam tomadas algumas fortes, duras e, se for preciso, radicais, para buscar os resultados.

Este é o nosso Brasil. Se não tivessem sido tomadas algumas medidas na BR-101 nem o projeto de engenharia sairia.

Há uma obra na minha região importante, uma obra turística, uma obra que vai ligar o sul do estado - Canela, Gramado, Caxias do Sul - com o principal ponto turístico, que é a cidade dos Canyons Praia Grande e Itaimbezinho, que é a maior beleza natural do mundo. Não me lembro para quantos países já viajei, mas não há beleza tão natural quanto a de Itaimbezinho.

Faltam somente 15Km de obras na serra. Foram feitos 8km e a promotora pública federal de Caxias do Sul entrou com uma ação porque isso ia acabar com dois casais de pererecas. Resultado: está ali o dinheiro depositado, estão lá as pererecas, mas descobriram que há milhões de pererecas, que não são somente esses dois casais. Agora, que está tudo liberado não sai a licença no Ibama, o dinheiro está depositado e a população sofrendo.

Há uma obra que é a BR-285, que liga Araranguá a Ermo, a Turvo, Timbé, São José dos Ausentes, Bom Jesus, Vacaria, Lagoa Vermelha, Passo Fundo, Erechim, Carazinho, São Borges, Argentina. Só faltam 22Km! Eu já estive em todos esses municípios participando de reuniões.

Quer dizer, faz quatro anos que não sai a licença. Estive agora com o presidente do Ibama e ele disse que estaríamos com a licença nas mãos em 45 dias. Os 45 dias já se foram e não estamos com a licença nas mãos.

Então, o presidente do DNIT, que é um general, disse que não adianta ter o dinheiro no Brasil, porque não conseguimos licença para fazer as obras! Quer dizer, é uma penalização do governo federal, do governo estadual, das prefeituras!

Então, é preciso preservar o meio ambiente. Isso é fundamental, isso é a vida! Agora, há algumas coisas que têm de ser respeitadas. Uma obra que já é uma obra de chão, que não tem pavimentação, mas tem a obra aberta, passando todos os tipos de caminhão, de carro, será pavimentada? Será que vai destruir o meio ambiente, se já há a obra feita?

Assim sendo, é necessário que sejam tomadas algumas medidas duras e radicais para buscar os resultados. É como estamos vendo. Quer dizer, cada obra que é necessária que se arrasta.

Hoje, temos convicção de quanta crítica recebeu o saudoso Pedro Ivo Campos, o Casildo Maldaner com a questão da Ponte Pedro Ivo. Vocês já pensaram se não existisse aquela ponte, o que fariam da nossa vida? Cada um ia ter que comprar um helicóptero. Mas dinheiro não temos, teríamos que comprar aquele negocinho que bota um motorzinho e sai voando. Não haveria outro jeito para se chegar aqui.

Agora, temos que ajudar o governo Raimundo Colombo, que está cheio de vontade, para realizar a quarta ponte que é fundamental! Nós precisamos ajudar! É preciso que a presidenta Dilma Rousseff ajude também com parceria, para que possamos fazer essa obra, porque daqui a pouco não dará mais!

A nossa capital é a capital mais linda do mundo, é uma capital que temos que ter orgulho. Mas temos que chegar nela com mais facilidade, porque senão o turista chega aqui e vai dizer que não vem para cá somente para se incomodar e para se estressar.

Então, são necessárias que sejam tomadas muitas medidas importantes para que possamos ter esses resultados. E hoje a gente sabe que Florianópolis vai ter que ter um novo planejamento, buscar muitos e muitos investimentos, para que possamos andar num tráfego com mais rapidez.

E hoje, sr. presidente, o apoio do PT ao candidato Gean Loureiro foi fundamental para que possamos buscar resultados e conseguir os investimentos que a nossa capital precisa. A atual gestão realizou muitas obras, a exemplo dos elevados do terminal Rita Maria, do campo do Avaí, do sul da ilha, do Itacorubi, mas queremos e precisamos de mais realizações, de mais obras para a população, e o Gean Loureiro, que agora poderá contar com o apoio do Partido dos Trabalhadores, inclusive, aproveite a oportunidade para cumprimentar o líder e os demais membros da bancada do partido, vai, sacramentar, de uma vez por todas, a eleição aqui em Florianópolis.

Penso que cada região do estado estará dividida de acordo com o partido. Em Joinville, o PSD está muito bem encaminhado; em Blumenau, o PSDB; e aqui em Florianópolis, o PMDB, mas todos compoemdo com o governo para que haja um equilíbrio partidário.

Quero, novamente, registrar o apoio do Partido dos Trabalhadores à candidatura de Gean Loureiro, parceria fundamental para que possamos buscar bons resultados. E vamos continuar trabalhando, porque esse é o nosso compromisso com a nossa sociedade, com Santa Catarina.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente!

O SR. PRESIDNETE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de registrar a presença nesta Casa do Valberto Michels, atual vice-prefeito e vereador eleito em Braço do Norte.

Seja bem-vindo!

O SR. PRESIDNETE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Ismael dos Santos.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, divido o meu tempo hoje com o deputado Maurício Eskudlark. Gostaria de fazer duas rápidas intervenções, antes, porém, quero cumprimentar o meu amigo, Lucas Esmeraldino, vereador eleito pela primeira vez em Tubarão, o mais votado, com mais de 2.300 votos, fazendo quase 4% dos votos válidos naquela cidade, que está presente nesta Casa.

Cumprimento, ainda, os amigos que prestigiam esta sessão, trabalhadores, funcionários públicos, sejam todos bem-vindos à Casa do Povo.

Hoje, sr. presidente, é o Dia Internacional para Erradicação da Pobreza. Sabemos que a pobreza é um problema de ordem social, econômica, política, histórica, e, quando olhamos alguns dados, por exemplo, dos 50 países mais pobres do mundo, com quase 400 milhões de pessoas que recebem menos de 1 dólar por dia ou mesmo no Brasil, segundo as estatísticas do IBGE, onde vivem 20 milhões de pessoas em situação de miséria, este dia serve para que cada um de nós façamos uma reflexão sobre esse desafio proposto a todos, governos nas diferentes esferas, empresários, trabalhadores, enfim, a todos o cidadãos de boa vontade que estão empenhados na busca da erradicação da pobreza, esse dia celebrado pela Organização das Nações Unidas.

Eu trazia ontem, sr. presidente, a esta Casa, um debate sobre a questão da obrigatoriedade, ou não, deputado Maurício Eskudlark, de um curso de ensino superior, de graduação, para que os servidores públicos da área de segurança possam ingressar na Polícia Militar, em especial bombeiros e Polícia Militar, até em decorrência das denúncias que foram levantadas, ontem, nos jornais de Santa Catarina, pela mídia catarinense, dizendo que 79 policiais da Polícia Militar e 45, se não estou equivocado, dos bombeiros acessaram o

concurso público com um diploma de origem duvidosa.

Recebemos várias manifestações, deputado Manoel Mota, algumas favoráveis, outras contrárias. É claro que entendemos que quem quer seguir a carreira na vida militar, em especial na Polícia Civil, e também aqueles que querem conquistar o *status* de oficial na Polícia Militar, precisam, sim, de um curso superior.

Agora, o nosso parecer, pelo menos é a opinião deste parlamentar, é que hoje estamos com um déficit de 10 mil policiais militares em Santa Catarina, e não estamos conseguindo preencher o número de vagas para as academias. Não vejo essa necessidade de um curso superior para que se participe de um concurso para ingresso na Polícia Militar.

O Sr. Deputado Manoel Mota - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Sobre esse meu discurso, ontem, quero dizer que o articulista Cacau Menezes lançou uma nota que eu irei ler logo após ouvir o deputado Manoel Mota.

O Sr. Deputado Manoel Mota - Queremos cumprimentar v.exa. e dizer que ajudamos a cometer um erro. Hoje estamos sentindo que nós atropelamos o processo. Muitas pessoas de bem, que não têm curso superior, querem ingressar na polícia e prestar relevantes serviços, mas não o fazem porque não têm curso superior. Quem tem curso superior não quer ingressar na polícia, e quem sofre com isso é a população, pela falta de segurança.

Por isso, queremos cumprimentá-lo e dizer que admitimos que no dia em que ajudamos a aprovar a matéria cometemos um pecado. Não foi um pecado mortal, mas tínhamos que ter olhado com outro espírito para que não deixássemos, hoje, um entrave, em Santa Catarina, para o governo.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Obrigado, deputado! Acho que há tempo ainda. Essa lei foi aprovada há cerca de três anos nesta Casa.

O articulista do *Diário Catarinense* diz o seguinte:

(Passa a ler.)

“Apresentar um diploma falso para conseguir emprego é falha grave em qualquer lugar do mundo. Mas daí a exigir diploma de curso de superior para um soldado da Polícia Militar já é demais. Quem tem que formar o policial é a própria polícia, não um professor universitário. E quando é que vão exigir” - ele até faz uma sátira aqui e eu concordo com ele - “o mesmo diploma para essa turma que entra na política, ganhando muito, muito, muito e precisando muito, muito, muito mais de uma universidade do que um policial?”[sic]

(Palmas das galerias)

Se um policial militar precisa de um curso superior, é o mínimo que se espera de alguém que quer seguir a carreira política. Concordo e assino embaixo. Para mim o policial tem que ser bem pago, bem treinado e bem equipado.

Muito obrigado, sr. presidente!

(Palmas das galerias)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Com a palavra o deputado Maurício Eskudlark, ainda dentro do horário do PSD.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, público que nos acompanha pela TVAL e servidores da Saúde hoje presentes na Assembleia Legislativa, um dos assuntos abordados pelo deputado Manoel Mota foi a questão do contorno viário. Ontem, inclusive, fizemos referência na tribuna sobre essa questão.

Não participei da audiência pública no Centro de Eventos Petry, em Biguaçu, porque estava nesta Casa prestigiando a homenagem do deputado Antônio Aguiar aos 100 anos da Guerra do Contestado.

Não foi possível participar, mas nós manifestamos o nosso posicionamento. E ontem até falei nesta Casa que moro em São José e que há cinco ou seis anos eu dizia que morava a cinco minutos do centro. E hoje quem mora em São José ou Palhoça diz que mora a quase duas horas da capital.

Então, realmente temos que encontrar uma solução para o problema da mobilidade.

Hoje, acompanhava pelos jornais o resultado da reunião de ontem, deputado Antônio Aguiar, e lamentando, eu vi, sem críticas as pessoas, ou as instituições, mas quando o diretor do Ibama disse que tem até maio de 2013 para analisar o projeto, quero dizer que isso é a mesma coisa, mais ou menos, que chegar alguém no hospital morrendo e o servidor dizer que pelas normas tem três horas para fazer o atendimento.

Então, a pessoa que agir com bom senso. As normas são uma coisa, os prazos são uma coisa, e o problema que enfrentamos é um problema muito mais grave. O Ibama não pode se basear que tem prazo de seis meses, um ano, para fazer manifestação, porque o problema é muito grave. O paciente que já acaba sendo impaciente, toda a população que precisa chegar à grande Florianópolis enfrenta esse problema grave da mobilidade. Esse contorno viário é uma obra emergencial e tem que vir lá do rio Inferninho, da Estiva, que fica lá em Governador Celso Ramos e não nesse trajeto que iniciaria no centro de Biguaçu e que não acaba resolvendo nada o problema na Grande Florianópolis.

Então, concordo com o posicionamento do deputado Manoel Mota, acho que essa Assembleia tem que se envolver firmemente nesse projeto junto com as entidades que estiveram ontem aqui manifestando preocupação que não é uma preocupação só da classe empresaria, mas que tem que ser da classe política e de todas as entidades.

Então é emergencial. A concessionária da rodovia é uma verdadeira afronta ao cidadão. Hoje, com obras quase na área central de São José, lá em Barreiros o trânsito fica todo parado. Poderiam fazer essas obras no horário noturno e não realizando as obras num período de pico no trânsito trazendo sérios problemas a nossa comunidade.

Gostaria de parabenizar mais uma vez o deputado Antônio Aguiar pela brilhante sessão especial em homenagem a Guerra do Contestado. Há cem anos eles construíram a ferrovia de São Francisco do Sul a Canoinhas com toda dificuldade. Hoje, o Brasil quer fazer uma ferrovia norte/sul, ligando o oeste catarinense ao centro oeste, porque as indústrias de frango hoje já não tem ração, alimento à produção, não se consegue. Então, há 100

anos, quando se fazia a facção, deputado Antônio Aguiar, se conseguia fazer uma estrada de ferro. E hoje, com toda a tecnologia que temos não se consegue fazer as estradas de ferro, as ferrovias tão necessárias que o nosso país e os nossos estados precisam.

Queria também abordar o tema do deputado Ismael dos Santos, quanto à questão do curso superior, as instituições pensaram em valorizar os seus profissionais. Mas hoje vemos que temos muitas pessoas com vocação, com capacidade, com potencial que não tem nível superior mas que seria grandes profissionais da segurança pública. Como nós temos profissionais da saúde, da educação, com curso técnico e não tem curso superior, mas que são grandes profissionais no exercício das suas funções. Então, se exige o curso superior, só que a remuneração não é de curso superior. Quere que o profissional tenha curso superior e não dá a devida remuneração.

Eu até faço a minha homenagem lamentando com tristeza ao policial civil que foi assassinado no dia de ontem, no município de Palhoça, Maurino Paulo Borba. Nós que trabalhamos em Santo Amaro da Imperatriz São José, Palhoça o conhecíamos muito bem. Com durante 48 anos de idade, com 27 anos de profissão foi assassinado, parece-me numa tentativa de roubo.

Isso demonstra a gravidade da situação da criminalidade que enfrentamos, porque se foi uma tentativa de roubo, aqueles marginais estavam perambulando na região onde ele morava para poder pegar algum cidadão chegando em casa, vindo do trabalho, da aula naquele horário para praticar o roubo. Infelizmente o policial foi a vítima, pois aparentemente ele tentou reagir e foi alvejado pelos marginais.

Então, aparentemente foi tentativa de roubo, mas pior será se chegarmos se nós chegarmos a situação que está o estado de São Paulo, onde os marginais dizem que a cada bandido morto no confronto com os policiais, eles vão assassinar dois policiais. Estamos vivendo um estado em que a ordem está invertida, porque de dentro das prisões os marginais acabam tendo mais força e comandando a criminalidade, pois quem está dentro da prisão está protegido e obrigando os marginais que estão na rua a praticar roubos e crimes sob pena de mandando assassinar seus familiares ou quando ele for preso vir a sofrer represália e ser assassinado.

Eu posso dizer que a situação, sr. presidente, é bem mais grave do que a gente vê na questão da criminalidade. Preocupa-me muito esta questão da criminalidade, pois a falta de motivação para o ingresso na segurança pública dos profissionais, daqueles que têm vocação está difícil. Nós vivemos um momento de repensar, inclusive os nossos políticos federais deve repensar a mudança da legislação para proteger o cidadão que trabalha.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PT.

Com a palavra o sr. deputado Dirceu Dresch, por até 11 minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - A minha saudação ao sr. presidente, a todos que

nos visitam na tarde de hoje, em especial aos trabalhadores e trabalhadoras na saúde no nosso estado, quero cumprimentá-los pela luta, pela mobilização, pela coragem de enfrentar inclusive a pressão de estar aqui firmes defendendo a saúde pública e a população de Santa Catarina. Quero cumprimentar também a todos que nos acompanham nesta tarde pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital.

Quero depois falar sobre essa questão da pauta da saúde, mas antes quero aqui comunicar e cumprimentar o Congresso Nacional que ontem aprovou uma medida importante, ou seja, de que 10% do PIB - Produto Interno Bruto - seja aplicado na educação. Uma medida com certeza que vai trazer uma grande mudança na educação brasileira, com 10% do PIB, um período transitório.

Boa parte desses recursos certamente virá do pré-sal, e podem ser investido em formação tecnológica, no investimento da estrutura educacional do país, sejam em equipamentos, sejam em escolas, mas principalmente nos trabalhadores da educação e também na formação, na qualificação dos nossos profissionais, sejam eles da educação, ou seja, na capacitação da população brasileira da nossa juventude para termos condições de continuar crescendo, se desenvolvendo, gerando empregos e oportunidades para a nossa população brasileira.

Então, de fato uma ação importante do Congresso Nacional com aval, construção e negociação também do governo federal que permite essa construção de investimento maior na educação nos próximos anos.

E com certeza é a base para uma perspectiva de construir um país diferente, cuja base é o investimento na educação.

Outro evento importante que eu já comentei aqui, ontem, que tem tudo a ver com o nosso futuro, as futuras gerações, que é o nosso simpósio sobre alimentação e segurança alimentar, que foi promovido nesta Casa, no dia de ontem.

Cumprimento o meu colega, companheiro deputado Volnei Morastoni, pela comissão de Saúde, nós que participamos ativamente também, e somos da comissão de Agricultura, todas as organizações, a Escola do Legislativo, o apoio desta Casa, neste grande evento, com mais de 500 participantes, que discutiram o tema da alimentação, da saúde da população a partir do alimento. Dali foi tirado, encaminhado um conjunto de ações e definições no final, da continuidade desta luta, deste trabalho a ser feito neste próximo período.

No Dia Mundial da Alimentação, que foi o dia de ontem, dia 16 de outubro, aconteceu este grande evento. Então se trabalhou e se definiu uma grande luta na questão da divulgação dos dados, das informações, do grande público que hoje consome excesso de gordura, produtos industrializados, excesso de sal, excesso de açúcar, que prejudica em grande parte a nossa população brasileira e cria um problema de saúde pública ao nosso país.

Segundo o IBGE, 50% dos homens brasileiros, acima de 20 anos, estão acima do peso, e 48% das mulheres. A falta de ética na propaganda, na publicidade, nas propagandas de alimento, principalmente pela televisão, induz as nossas crianças a consumir um

produto que não traz saúde, que traz problemas e traz doenças, principalmente pela grande propaganda, que precisa ser regulamentada no nosso estado e no nosso país.

Outro gravíssimo problema que nós enfrentamos é o alto índice de uso de agrotóxico. Usa-se, no país, segundo levantamentos feitos, em torno de 5.2 quilos de agrotóxicos/ano por habitante brasileiro, na produção de alimentos. Isso é um dado assustador, que precisa nos preocupar, e nós precisamos tomar ações nesse sentido.

Outra grande preocupação é no que diz respeito a criar uma política de estado sobre alimentação saudável, também aqui em Santa Catarina. O estado precisa construir uma estratégia, uma política de alimentação saudável e de segurança alimentar, que hoje não tem.

Precisamos que os órgãos públicos do estado de Santa Catarina, principalmente a Epagri, secretaria de Saúde do Estado, tenham políticas estratégicas de prevenção e de fortalecimento de investimentos na produção alternativa, ou seja, a produção saudável de alimentos agroecológicos, alimentos orgânicos, que fazem bem para a nossa população.

E um outro encaminhamento é apoiar os projetos em tramitação que estão nesta Casa, um deles destina que no mínimo 20% da alimentação escolar seja alimentação orgânica.

Outro projeto, o Projeto de Lei n. 578/2011, isenta o ICMS de produtos da agricultura familiar destinado a alimentação escolar, das pequenas agroindústrias familiares.

E uma outra questão que chama a atenção é que o estado precisa rever que em 2013 está previsto 278.7 milhões de incentivos fiscais, reduções fiscais, para a comercialização de agrotóxicos e químicos, no nosso estado de Santa Catarina.

Então, são questões, algumas das questões que este seminário apontou, esta conferência no dia de ontem, sobre alimentação saudável e segurança alimentar, no nosso estado, no nosso país.

Uma participação extremamente importante dos órgãos e organizações da sociedade que fizeram, durante todo o dia, um grande debate e o encaminhamento para que se façam novas discussões, novos encontros que possam melhorar os projetos e as políticas, no sentido de ter uma qualidade nos alimentos e assim poder trazer saúde para a nossa população.

Por último, sr. presidente, em nome da nossa bancada do Partido dos Trabalhadores, trazer o apoio à luta dos funcionários da área da Saúde do estado de Santa Catarina. A assembleia da semana passada apontou numa perspectiva de mobilização se até o dia 23, às 19h, não houver uma negociação concreta com o governo do estado para os pontos de pauta que a categoria levanta: a não-retirada de nenhum benefício financeiro durante a negociação; implantação da gratificação atividade-saúde com valor de 100% igual aos servidores da secretaria da Fazenda; continuação da contratação de servidores por concurso público e garantir a compra de equipamentos, materiais e medicamentos para melhorar o atendimento à população respeitando a lei da licitação.

Outra questão importante é também falar da saúde dos trabalhadores, a valorização

e o cuidado com as pessoas que atuam na área da saúde, que cuidam dos doentes, para ajudarem as pessoas eles também precisam estar saudáveis.

Sr. presidente, falamos daqui, desta tribuna, que se quisermos que a população catarinense tenha um bom atendimento precisa ser valorizado o trabalhador, seja ele da Educação, o deputado Maurício Eskudlark, que me antecedeu, citou aqui a questão da segurança pública, seja da Saúde, da Agricultura, as pessoas têm que ser valorizadas para se sentirem bem e atenderem melhor a população.

Por isso estamos fazendo aqui um apelo ao governador Raimundo Colombo para que receba o sindicato e faça uma negociação para que a sociedade catarinense, mais uma vez, não tenha que enfrentar aqui um movimento. Os próprios trabalhadores querem trabalhar, sim, mas precisam ser respeitados e valorizados.

Muito obrigado.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o eminente médico Serafim Venzon por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, prezados catarinenses que nos acompanham pelos nossos meios de comunicação, uma saudação especial aos colaboradores da Saúde que se fazem aqui presente destacando o seu movimento. Inclusive ontem vários participaram daquela movimentação em torno do Hospital Infantil, dando-lhe um abraço pelos problemas da saúde que precisam ser enfrentados e que passam necessariamente por investimentos em construção, na compra de equipamentos médicos, mas também passa principalmente pela contratação e valorização dos funcionários. Tenho a certeza de que essa valorização dos servidores dará uma grande contribuição, sim, à melhoria dos serviços médicos prestados aos catarinenses.

Eu queria, na tarde de hoje, destacar que, pela manhã, o presidente do Deinfra, dr. Paulo Meller, acompanhado também do secretário de Infraestrutura, receberam o prefeito de Guabiruba, Eurídes Kormann e o empresário Juliano Schumacker.

Através da empresa GUABIfios o governo do estado implantará ou revitalizará uma rodovia que existe entre Brusque e Guabiruba que hoje não atende à demanda do tráfego entre as duas cidades até porque Guabiruba cresceu muito nos últimos anos, porém os acessos, as estradas que existem lá ainda são as mesmas, aquelas de 130 anos quando foi fundada Guabiruba.

Então hoje o governo do estado através do Deinfra praticamente iniciou todo o processo da construção, da revitalização daquela rodovia que será feita em parceria com a empresa GUABIfios usando o princípio de que a empresa praticamente usa o ICMS que vai pagar no futuro para fazer esse adiantamento construindo a estrada e abatendo naturalmente do ICMS futuro.

Aliás, essa é a segunda obra que o governo do estado faz dessa forma. A primeira é uma obra no município de Vidal Ramos até

Imbuia onde a empresa Votorantim está construindo ou revitalizando, melhorando o trajeto de uma rodovia estadual que faz a interligação entre essas duas cidades.

Então, hoje foi o segundo contrato que o governo do estado fez em parceria semelhante.

Queria ainda destacar que na próxima terça-feira, dia 23 de outubro, o secretário de estado de Infraestrutura e ex-prefeito, agora, presidente do Deinfra Paulo Meller receberá os cinco prefeitos eleitos do vale do rio Tijucas: Valério Tomás, de Tijucas; Antônio da Silva, reeleito, de Canelinha; Daniel Cândido, eleito, de São João Batista; Gian Francesco Voltolini, eleito, de Nova Trento e João David, eleito, de Major Gercino, que juntamente com este deputado, com as lideranças do vale do Rio Tijucas levaremos uma reivindicação importante que, de certa maneira, há vários anos vem sendo feita e que agora certamente será atendida através da secretaria de estado de Infraestrutura, para a SC-411 que interliga Gaspar a Tijucas passando pelo vale do rio Tijucas.

Essa rodovia possui 60 quilômetros de extensão, e em 2010 foi a rodovia de Santa Catarina mais assassina, pois no segmento de 14 quilômetros em 2010, tivemos 23 mortes. Em 2011, 93 pessoas foram gravemente feridas em 175 acidentes. E agora há três, quatro semanas também tivemos um acidente grave quando morreram quatro pessoas da mesma família. Nós imaginamos que se construirmos ali alguns trevos, alguns retornos, algumas áreas de escape e também for implantado algum serviço de lombada eletrônica, certamente isso vai diminuir e muito o número de acidentes nessa rodovia.

Por isso, que na próxima semana o governo do estado através da secretaria de estado da Infraestrutura receberá a delegação desses prefeito, certamente levaremos o encaminhamento de alguns pedidos que temos que fazer ao governo e que poderão ser acrescidos ao orçamento para que sejam melhoradas as condições de tráfego da rodovia SC-411 que interliga Tijucas a Gaspar e que passa por várias cidades dentro de Tijucas, Canelinha, São João Batista, Nova Trento, Santa Paulina.

Agora, com a santificação de santa Paulina, em Nova Trento, aumentou demasiadamente o tráfego nessa rodovia. Porém, poucas mudanças nos últimos anos foram feitas. Há uns dois anos aproximadamente foi feita uma rótula em São João Batista, o que diminuiu muito o número de acidentes naquela cidade. Por isso estamos reivindicando algumas melhorias nessas cidades do Vale. E tenho certeza de que isso irá contribuir muito para diminuir o número de acidentes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antônio Aguiar) - Está suspensa a presente sessão até as 16h, quando iniciaremos a Ordem do Dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Ordem do Dia.

Esta Presidência comunica que a Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer contrário às seguintes matérias, e que as mesmas terão seu encaminhamento conforme o Regimento Interno: Projetos de Lei

n.s 0012/2011, 0098/2011, 0243/2011, 0287/2012 e 0300/2012.

Também comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável às seguintes matérias:

Ofícios	n.s:
0071/2012,	0071/2012,
0082/2012,	0206/2012,
0222/2012,	0238/2012,
0296/2012,	0317/2012,
0334/2012,	0338/2012,
0360/2012,	0384/2012,
0406/2012,	0409/2012,
0420/2012,	0430/2012,
0444/2012,	0465/2012,
0473/2012,	0477/2012 e 0479/2012,

todos de entidade social, encaminhando documentação para a manutenção do título.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0085/2012, de autoria do deputado Valmir Comin, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do bairro Naspolini - Assomin, de Criciúma.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0228/2012, de autoria do deputado José Milton Scheffer, que declara de utilidade pública a Associação Antiálcool e Dependência Química de Apoio às Famílias do Extremo Sul Catarinense, de Praia Grande.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei n. 0267/2012, de autoria do deputado Gelson Merisio, que declara de utilidade pública o Instituto Horus Faculdades de Ensino, Pesquisa, Tecnologia e Projetos Socioculturais, de Pinhalzinho.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0121/2012, de autoria do deputado Dado Cherm, que acrescenta os § 1º, 2º 3º ao art. 9º da Lei n.

13.336, de 2005, que institui o Fundo Estadual de Incentivo à Cultura - Funcultural; o Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo - Funturismo e o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte - Fundesporte, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao turismo e ao Esporte - Seitec.

Ao presente projeto foi apresentada uma emenda modificativa.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transporte e Desenvolvimento Urbano e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, gostaria de fazer um pedido, o autor não está no plenário neste momento, para retirar esse projeto, pois a nossa bancada não está segura para votá-lo e precisaríamos dar uma olhada no mesmo.

Assim, peço para que seja retirado de pauta e que seja votado na semana que vem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Deputado Dirceu Dresch, a matéria é retirada de pauta e volta à Ordem do Dia na próxima semana.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei n. 0142/2012, de autoria do deputado Gelson Merísio, que denomina Rodovia da Integração Rui Rolim de Moura o trecho da rodovia SC-159 que liga o município de Águas Frias à Nova Erechim.

Conta com parecer favorável das comissões de Constituição e Justiça, de Transportes e Desenvolvimento Urbano e de Trabalho, Administração e Serviço Público.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários, conforme determina o art.206, do Regimento Interno, as seguintes indicações de ns: 0401/2012;0402/2012;0403/2012; de autoria do deputado Sandro Silva;0404/2012 de autoria do deputado Nilson Gonçalves;0405/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari.

Esta Presidência comunica ainda que defere os requerimentos ns:0907/2012; de autoria do deputado Aldo Schneider, 0910/2012, de autoria do deputado Carlos Chiodini, 0912/2012,0913/2012, 0914/2012, de autoria do deputado Sandro Silva,0915/2012 0916/2012, 0917/2012,0918/2012,0919/2012, 0920/2012,0921/2012,0922/2012, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

A Presidência defere de plano.

Esta Presidência comunica ainda que submete a deliberação do plenário os seguintes requerimentos:

Requerimento n.0908/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, que solicita o

envio de mensagem telegráfica pedindo aos gerentes das operadoras de telefonia móvel, TIM, CLARO, OI E VIVO, a instalação de torre para uso da telefonia móvel no Distrito de Garcia e Rio Novo, município de Angelina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Requerimento n.0909/2012, de autoria do deputado Jailson Lima, pedindo aos gerentes das operadoras de telefonia móvel, TIM, CLARO, OI E VIVO, a instalação de torre para uso da telefonia móvel no Distrito de Aratingaúba, município de Imarú.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Pedido de informação a ser enviado ao secretário da Saúde, solicitando informações referentes a entidade que administra o Hospital Regional Terezinha Gaio Basso, em São Miguel d' Oeste.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Terminada à Ordem do Dia, esta Presidência suspende a presente sessão por até dez minutos, para atender o entendimento das lideranças partidárias.

E nesse espaço, de acordo com o requerimento que temos em mãos de autoria do deputado Sargento Amauri Soares e demais deputados que subscreveram esse requerimento ao Sr. Pedro Paulo das Chagas, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em estabelecimentos de saúde pública estadual e privada do estado, de Florianópolis, para que use a tribuna por dez minutos, para fazer uso da palavra.

Está suspensa a sessão.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) (Faz soar a campainha) - Está reaberta a sessão.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Sargento Amauri Soares.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Muito obrigado, presidente, deputada Ana Paula Lima, eu queria agradecer primeiro aos líderes de todos os partidos, que na tarde de ontem, assinaram muito rapidamente de forma favorável o uso da palavra pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Saúde de Florianópolis. Eu quero parabenizar o Pedro

Paula das Chagas, a diretoria do sindicato, a todos os servidores e presentes.

Eu quero solicitar, sra. presidente, conforme foi solicitado pelo representante dos trabalhadores da saúde, uma moção de apoio deste poder ao governo do estado, ao chefe do Poder Executivo, ao secretário de Saúde do estado de Santa Catarina, para que atenda a reivindicação, que atenda ao pleito desses servidores, mesmo que verbal, mas aprovada agora nesta sessão, na presença dos servidores da saúde, uma moção de apoio para esses trabalhadores da saúde e as suas reivindicações.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Deputado Sargento Amauri Soares, v.exa. vai redigir essa moção?

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, pretendemos aprová-la na tarde de hoje!

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Está bem eu subscrevo.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sra. presidente, eu queria justamente também propor isto, com a aquiescência do deputado Sargento Amauri Soares, que também nos permite o encaminhamento da nossa bancada para apoiar a moção da audiência e conversação com o governo do estado, muito obrigado!

(Palmas das galerias)

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Peço a palavra, pela ordem, sra. presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Com a palavra, pela ordem, o sr. deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sra. presidente, também para me solidarizar com o movimento, eu disse na primeira sessão após as eleições municipais, no primeiro turno, todos os municípios onde andamos o tema principal era a saúde. E se este tema estava tão debatido é porque de fato ele precisa de prioridade, porque de fato os problemas estão acontecendo. Nas três esferas o governo federal, o governo estadual e o governo municipal precisam colocar a saúde como prioridade, e no caso específico de Santa Catarina, o governador assumiu o compromisso de ser a prioridade um, a prioridade dois, e a prioridade três a saúde.

Então, esperamos efetivamente que se aloquem mais recursos, que se resolva a questão dos servidores, e também a questão dos atendimentos lá na ponta da questão de exames, algumas áreas faltam profissionais, de estrutura em alguns hospitais, enfim, daquilo que efetivamente está sendo reivindicado em termos de melhoria para a saúde de Santa Catarina.

Portanto, a nossa solidariedade a todos os trabalhadores da saúde, muito obrigado!

(Palmas das galerias)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Neodi Saretta.

De comum acordo com o deputado Sargento Amauri Soares com a bancada do Partido dos Trabalhadores e demais deputados

que irão subscrever essa moção, informo que essa moção será deliberada amanhã e encaminhada ao governador do estado.

Senhores e senhoras e colegas de trabalho, temos apenas uma função aqui: apoiar e defender essa causa.

(Palmas das galerias)

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Serafim Venzon, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Sra. presidente, sras. deputadas, srs. deputados, prezados catarinenses que nos acompanham pelos meios de comunicação, como é de conhecimento de toda esta Casa, tramitou no Senado o Projeto de Lei n. 0448/2011, que trata da redistribuição ou da partilha dos *royalties* do petróleo.

Pela Constituição brasileira, até o presente momento, os *royalties* do petróleo são essencialmente distribuídos ou totalmente distribuídos para os municípios, sendo que o estado produtor está promovendo, de certa maneira, uma grande injustiça social, porque o petróleo que é beneficiado se transforma em vários subprodutos. Ele é pago por todos os brasileiros, porém, parte dos tributos chamados de *royalties* da exploração é distribuída atualmente apenas para os municípios e os estados produtores. E Santa Catarina, no caso, ainda é prejudicada por algumas formas de avaliação. Aqui perto da costa de Santa Catarina são retirados milhares de barris de petróleo, mas a grande parte desses *royalties* é contabilizada no estado do Paraná. Por exemplo, no ano passado R\$ 48 milhões foram destinados àquele estado, quando o nosso estado recebeu apenas R\$ 118 mil. Agora, tramita na Câmara o Projeto de Lei n. 0448/2011, que prevê um princípio mais equânime, mais social desses *royalties* do petróleo. Calcula-se que nos próximos 15 anos, ou seja, até 2027, os *royalties* do petróleo, incluindo o pré-sal, vão arrecadar, distribuir, cerca de R\$ 1,5 trilhões e que, mantida a forma como está atualmente, naturalmente, essa distribuição ficará concentrada nos estados produtores em detrimento dos demais. Por isso, esse projeto de lei, aprovado pelo Senado Federal, prevê que esses *royalties* sejam distribuídos da seguinte forma: 20% para os estados produtores, 10% para os municípios produtores, 5% para os municípios adjacentes e afetados nos seu processo de beneficiamento. Somando tudo isso, praticamente, 35% do total dos *royalties* arrecadados seriam distribuídos, ainda, para os estados e municípios que tem a ver com a extração do petróleo. Porém, aí vem a modificação, 25% passariam a constituir o Fundo Especial para os Estados; 25% serviriam para constituir o Fundo Especial para os Municípios, e 15%, seriam destinados a um fundo social.

Então temos 65% dos *royalties* do petróleo, que já estão sendo explorados, e aqueles contratos que ainda serão firmados, passariam a ser distribuídos dessa maneira. E agora, e esse é o detalhe, tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 252565/2011, e ainda mais dois projetos, o 469 e 634 que, justamente, tratam dessa nova forma mais humana, mais social, da redistribuição dos *royalties* do petróleo.

Eu quero destacar que no Brasil o bolo tributário é alto, a arrecadação dos municípios, dos estados, é grande, porém, lamentavelmente, a redistribuição está sendo

muito injusta. Para os srs. terem uma ideia, nos estados, normalmente, o ICMS, que é pago por todos, é redistribuídos 85% conforme o movimento econômico do município, e 15% é distribuído de forma igual para todos os municípios, o que, na minha opinião são duas contas, duas formas injustas, pois deveríamos privilegiar, inclusive, sou autor de um projeto de lei que prevê a valorização do número de habitantes do município, a extensão do município, dos quilômetros de estradas que tem a conservar, da preservação ambiental, enfim, deveríamos levar em consideração vários fatores, não apenas os econômicos, nesta conta para a distribuição do ICMS. E, igualmente, na distribuição dos *royalties* do petróleo, a Constituição brasileira fazia uma grande injustiça, pois o tributo pago por todos os brasileiros na hora de comprar a gasolina, o óleo diesel, o gás, enfim, os subprodutos do petróleo, em que já estão incluídos os tributos, inclusive, os *royalties*, estava sendo redistribuído apenas para alguns estado e municípios, com o agravante, ainda, que a exploração do petróleo em alto mar a uma distância 100, 150, 200Km ou mais da costa do Brasil.

É evidente que as repercussões ambientais sobre o estado são ínfimas. Quer dizer, a repercussão sobre os estados de Santa Catarina, Rio Grande e Amazonas, na exploração do Pré-Sal no mar do Rio de Janeiro, é a mesma coisa.

Então, não há por que esses *royalties* voltarem apenas para São Paulo, Paraná, Rio de Janeiro e Espírito Santo, sendo que todos os brasileiros estão pagando o tributo. É justo, então, que se faça um movimento para que esses *royalties* sejam distribuídos de uma forma mais equânime para todos os brasileiros.

Esse projeto de lei que tramita na Câmara, e que já foi aprovado no Senado, prevê, ainda, repetindo, que 20% desses *royalties* permaneçam indo para os estados; que 10% continuem indo para os municípios onde se extrai o petróleo, e que 5% sejam destinados aos municípios do entorno onde é extraído esse petróleo. Porém, 65%, o restante, então, aí sim essa grande fatia, passam a fazer essa tarefa social de serem redistribuídos para todos os estados brasileiros, inclusive com parte deles sendo destinado para um fundo social e serem usados em inúmeros benefícios sociais.

De forma que esse R\$ 1,5 trilhão que nos próximos 10 ou 15 anos o Brasil arrecadará de todos os brasileiros vai ser redistribuído de uma forma mais justa e humana.

Nesse sentido, sra. presidente, peço que esta Casa faça uma moção, a ser enviada à Câmara dos Deputados, apoiando esse projeto de lei que já foi aprovado no Senado. E que seja aprovado na Câmara da mesma maneira, retirando essa injustiça que por muito tempo estava sendo praticada.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Muito obrigada, deputado Serafim Venzon.

Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sra. presidente, srs. deputados,

público que nos acompanha pela TV e pela rádio na tarde desta quarta-feira, quero iniciar esta fala lamentando o falecimento, por assassinato, do policial civil Maurino Paulo Borba, conhecido como Bila entre os policiais militares e civis da Grande Florianópolis. Ele foi assassinado na noite de ontem quando chegava em residência por um grupo de marginais que chegaram com um carro e desferiram diversos tiros contra esse companheiro policial civil.

Pode ter sido uma ação premeditada para executar o policial, uma prática que anda bastante em voga em alguns estados da federação, especialmente São Paulo. Pode ter sido, inclusive, também uma tentativa de assalto, algo cada vez mais comum nas nossas cidades. E, evidente, sendo um policial e vendo a chegada desses elementos, o policial pode ter tentado sacar a sua arma e sendo, portanto, executado.

Mas as causas serão investigadas e imaginamos que os autores não deverão permanecer muito tempo livres, porque haverá de existir uma forma de identificá-los e encontrá-los.

A nossa solidariedade aos policiais civis, aos familiares e aos amigos mais próximos do policial civil Maurino Paulo Borba, grande policial. Como todos os companheiros têm registrado, era efetivamente um servidor que vestia a camisa, o uniforme e a causa da segurança pública no nosso estado. E ele foi assassinado na noite de ontem por ser policial.

Quero falar também do movimento dos servidores da Saúde, que acabaram de sair deste plenário. Temos falado disso desde a semana passada aqui, de expressar o nosso apoio e solidariedade.

A questão parece difícil de entender, mas vou tentar aqui simplificar. O estado tem aproveitado da sobre carga de trabalho à esses trabalhadores há mais de 20 anos, em jornadas cada vez mais extensivas. Alguns deles trabalham, inclusive, em dois empregos, o que é ilegalmente impossível, e, portanto, aquela carga que o presidente do sindicato falou aqui, ela é em alguns casos multiplicados, porque tem servidor que trabalha no estabelecimento do estado, faz hora plantão, vai para o estabelecimento municipal ou federal, trabalha e faz hora plantão.

Então, é imaginar jornada de trabalho e o estado de esgotamento físico e mental dos servidores que estão cuidando das vidas das pessoas aqui no nosso estado. E aí depois de 20 anos usando os serviços dos trabalhadores, um belo dia, ou um horroroso dia o estado vai lá e diz que a partir do mês que vem não haverá mais HP para o Platão. Ah, mais por quê? Porque nós contratamos, estamos contratando 300 servidores pro o hospital Regional. Ora, uma defasagem de milhares de servidores e contrata 300 para um hospital e decreta que não haverá mais HP em nenhum hospital.

Óbvio que a população que arcaria com uma quantidade de horas de trabalho ainda menor do que existe hoje, com menos servidores disponível para atender a população. Então o prejudicado seria a população e é óbvio também que esses servidores tendo de 30% a 70% a menos no salário, evidentemente que o orçamento familiar iria para o espaço.

Então, a categoria que estava lá quieta, cansada, trabalhando e muito, deputada Ana Paula Lima, a gente não entende certas inteligências na administração pública. A

categoria estava lá massacrada, cansada, trabalhando, resignada, aí esta frase, esta decisão, evidentemente, que explode a indignação a categoria que vem às Assembléias em massa e diz: "Nós queremos mesmo trabalhar só as 30 horas por semana, que é uma luta nacional dos trabalhadores da saúde. Nós queremos trabalhar as 30 horas por semana que a lei nos permite e ter um salário digno. Portanto, queremos que o governo nos dê uma ratificação pra compensar a hora plantão e que contrate aís servidor para substituir e para garantir o serviço mínimo, básico a população." Com isso a categoria ganhou mais força, inclusive, para começar uma greve. E começou a greve no dia 09 de outubro com muita força, depois de um mês tentando negociar com o governo fazendo reuniões na secretária, começou uma greve com muita força no dia 09 de outubro.

Eis que no dia 08 de outubro, às 20h, a greve está organizada para começar, informada ao governo, no prazo legal e tudo certo para começar às 7h da manhã do dia 09. No dia 08, às 20h, o governo manda um documento pedindo para que não comessem a greve que em 15 dias apresento uma proposta. Isso é pra dividir a categoria, é uma tática, cujo objetivo é dividir a categoria e cansar o movimento. É deslegitimar o sindicato e o comando de greve. Mas, a categoria, sabiamente, em assembléia refletiu, evidentemente, que teve posições divergentes, mas decidiram dar os 15 dias de prazo. Mas, os 15 dias de prazo terminaram no dia 22 de outubro e a greve recomeça às 7h da manhã, terça-feira que vem. O sindicato, as categorias já deram os mais 15 dias de prazo para além dos 40 dias que vinha conversando antes e que não teve proposta nenhuma.

Então é preciso que o governador do estado, as autoridades da área da Saúde analisem isso. E sobre algumas questões que o Pedro falou muito rapidamente aqui por falta de tempo, que é preciso olhar as horas plantão e as horas de sobre aviso que estão sendo pagar de forma irregular. Há hospitais semi-fechados pagando sobreaviso como se fosse um hospital grande e bem aberto. Há hospitais que não têm grande necessidade de serviço de urgência e que pagam muitas horas de sobreaviso. Há peixinho das direções ganhando hora plantão e sobreaviso sem a contrapartida em serviço.

Essa é a realidade, isso precisa ser investigado pela secretaria. Não tem a corregedoria para investigar? Se só fizer isso já dá de dar uma gratificação para todos. Se algumas bandalheiras forem solucionadas, não quero dizer que sobre/aviso e hora/plantão é ilegível e não é necessário. Está na lei, quando é preciso e necessário tem que ter. Agora não pode é hora/aviso e hora/plantão ser usada como tática de cooptação de servidor para votar em determinados candidatos ou para ser subserviente as chefias e as direções.

Quando precisa por interesse do serviço público tem que pagar hora/plantão e tem que pagar hora/sobreaviso. Agora tem gente usando isso e muito para cooptação de servidor para ser sub serviente as chefia e inclusive para servir de manobra eleitoral. Isso precisa ser visto pelas autoridades competentes. Só resolver isso já dá de economizar uma boa gratificação, ou um pouquinho a mais apenas.

Um assunto que foi tratado aqui ontem e hoje e não pude me manifestar a respeito. A denúncia de cento e poucos diplomas de curso superior falsos para ingresso na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros. Evidentemente que tem que ser investigado,

apurado os responsáveis e penalizados. O MEC tem sido generoso demais em conceder possibilidade de qualquer um abrir um curso de nível superior. Permitam-me, dizer dessa forma tem sido generoso demais o MEC, tem que ser investigado e apurado às responsabilidades. E a coisa tem que ser tratada na forma da lei, evidentemente. E quem quer que seja que tem a responsabilidade, a escola que concedeu o certificado de nível superior ou servidores dessas instituições precisam ser punidos. Alguém precisará ser responsabilizado legalmente.

Agora, argumentar a partir disso, que não tem que ter exigência de nível superior para ingresso na polícia e no bombeiro não dá para jogar a criança fora junto com a água suja. Não podemos retroceder no tempo, não podemos abrir mão de uma questão que é importante para o futuro da segurança pública. É preciso, sim, que a instituição e os organismos responsáveis pelos processos seletivos, concursos públicos de ingresso na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros e nos outros órgãos, evidentemente que verifiquem melhor a documentação apresentada e a possibilidade de fraude.

Agora, retroceder e dizer que não é preciso curso superior, é considerar que para ser polícia e ser bombeiro não precisa avançar, podemos ficar parados no tempo, o que seria um erro. Mas a gente volta a debater isso.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A SRA. PRESIDENTE (Deputada Ana Paula Lima) - Não havendo mais oradores inscritos, esta presidência antes de encerrar a presente sessão, convoca outra especial, para hoje, às 19 horas.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 026ª SESSÃO ESPECIAL

DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA

REALIZADA EM 17 DE OUTUBRO DE 2012

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

EM HOMENAGEM AO AERoclUBE DE SANTA CATARINA PELA

PASSAGEM DOS SEUS 75 ANOS DE FUNDAÇÃO

PROPOSIÇÃO DO DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Nei Ascari) - Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial.

Convido as excelentíssimas autoridades que serão nominadas para compor a mesa:

Senhor presidente do Aeroclube de Santa Catarina, Luiz Aduato Costa;

(Palmas)

Senhor comandante da Base Aérea de Florianópolis, coronel aviador Claus Kilian Hardt;

(Palmas)

Senhor comandante do Batalhão de Aviação da Polícia Militar de Santa Catarina, tenente coronel Abelardo Camilo Bridi;

(Palmas)

Senhor major André Bueno Machado, neste ato representando o comando da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada de Florianópolis, general Décio dos Santos Brasil;

(Palmas)

Senhor comandante do destacamento de tráfego e controle do espaço aéreo, capitão Ricardo Felcki;

(Palmas)

Excelentíssimas autoridades presentes, senhoras e senhores, a presente sessão especial foi convocada por solicitação deste deputado e aprovada por unanimidade pelos demais parlamentares em homenagem ao aeroclube de Santa Catarina, na passagem dos seus 75 anos de história.

Neste momento, teremos a execução do Hino Nacional pela Banda da Base Aérea de Florianópolis, sob a regência do suboficial Mendes.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

(Palmas)

Convido todos para acompanharem a apresentação do vídeo institucional.

(Procede-se à apresentação do vídeo.)

Na qualidade de autor que formulou o requerimento que ensejou a presente sessão especial, gostaria apenas de registrar que, assim como em muitos momentos da nossa vida, foi a paixão que permitiu a Santa Catarina ter o seu aeroclube justamente num momento em que a aviação ganhava impulso

e importância mundial para o transporte e para as comunicações. E foi nesse cenário de inovação mundial que aqueles apaixonados que acabamos aqui de presenciar inseriram Santa Catarina num momento histórico de uma das grandes invenções da humanidade. Isso se deu também graças a catarinenses de grande visão e também de importante liderança.

Por sua história e pela importância do aeroclube para a aviação catarinense, justifica-se plenamente a realização desta sessão especial. É a forma que este Parlamento encontrou para reverenciar todos os pioneiros do Aeroclube de Santa Catarina, bem como todos os seus presidentes e também os membros que integraram a sua diretoria no decorrer desses 75 anos de uma bela história.

Nesse sentido, fazemos aqui uma citação muito especial ao primeiro presidente Franklin Ganzo que certamente foi uma peça muito especial para que o sonho movido inicialmente pela paixão se tornasse então uma realidade.

Faço também nossa homenagem ao atual presidente Luiz Aduino Costa por dirigir o Aeroclube de Santa Catarina no momento em que se firma como uma entidade importante para o fortalecimento de toda a nossa aviação.

Registro dessa forma o orgulho de participar deste momento importante para o Aeroclube de Santa Catarina e para todos os amantes da aviação em nosso estado.

Desejo ressaltar novamente que, se foi o interesse e esta paixão forte que originaram esta história, são também esses os sentimentos que deverão com certeza garantir a continuidade e o avanço dessa instituição que orgulha todo o estado de Santa Catarina.

Na sequência, convido o jornalista Valter Souza para proceder à nominata das pessoas que serão homenageadas nesta sessão especial.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (Valter Souza) - Senhoras e senhores, muito boa-noite!

Gostaria de lembrar que esta sessão especial está sendo transmitida ao vivo pela TVAL e pela Rádio Alesc *on line* e será reprisada ao longo da semana.

Neste momento o Poder Legislativo catarinense presta homenagem ao Aeroclube de Santa Catarina pela passagem dos seus 75 anos, cumprindo com suas responsabilidades aeronáuticas e deixando sempre sua credibilidade como Escola de Aviação Civil, resgatando e preservando a história para fortalecer cada vez mais as raízes do Aeroclube.

Convido o sr. deputado José Nei Ascari para fazer a entrega da homenagem, em nome do Poder Legislativo, ao Sr. Luiz Aduino Costa, neste ato representando o Aeroclube.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Dando continuidade às homenagens, o Poder Legislativo presta homenagens às personalidades que

contribuíram para o fortalecimento do Aeroclube.

Convido o deputado José Nei Ascari para fazer a entrega das seguintes homenagens:

Convido para receber a homenagem o sr. Ari Milen da Silveira Filho.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Alceu Lisboa da Silva.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Norton Candemil Pereira.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. capitão aviador Ricardo Felzcky.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Mário Augusto Capella Tavares.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Abelardo Camilo Bridi, tenente coronel da Polícia Militar de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. André Bueno Machado, neste ato representando o sr. Décio dos Santos Brasil, general de brigada.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Claus Kilian Hardt, coronel aviador e comandante da Base Aérea de Florianópolis.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Convido para receber a homenagem o sr. Adroaldo Pedro Cassol.

(Procede-se à entrega da homenagem.)

(Palmas)

Neste momento, teremos a execução do hino dos aviadores, pela banda da Base Aérea de Florianópolis.

(Procede-se à execução do hino.)

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José Nei Ascari) - Registramos também as seguintes presenças:

Senhor major brigadeiro Atheneu Francisco Terra de Azambuja;

Senhor diretor César Augusto Olsen, neste ato representando o presidente da Federação das Indústrias do estado de Santa Catarina, o sr. Glauco José Côrte;

Senhora Conselheira do Conselho Regional de Biblioteconomia - 14ª região, Verônica dos Santos Ferreira;

Senhor diretor do Arquivo Público do município de Biguaçu, Mário Cesar de Souza;

Senhora Madileyne Facchini, neste ato representando o município de São José;

Senhor vice-presidente do Aeroclube de Santa Catarina, Antônio Bittencourt;

Senhora vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Florianópolis, Sílvia Hoepcke da Silva;

Senhor diretor de promoção e eventos da Associação Catarinense de Imprensa, jornalista Manoel Timóteo de Oliveira, neste ato representando o presidente Ademir Arnon.

Convido neste momento para fazer uso da palavra o sr. Mário Augusto Capella Tavares,

O SR. MÁRIO AUGUSTO CAPELLA TAVARES - Exmo. sr. deputado José Nei Ascari, que preside esta sessão especial; demais autoridades militares que compõem a mesa; nosso ilustre presidente Luiz Aduino Costa; demais militares que compõem a nossa banda da Base Área; colegas pilotos; colaboradores; parentes; amigos; esposas, é uma responsabilidade muito grande para eu ter que em poucas e breves palavras definir o que cada um de nós homenageados com essa comenda sente hoje no seu íntimo. Todos nós presenciamos aquilo que foi apresentado, a dificuldade enorme que é definir o que é voar, o prazer de voar, o gosto pela aviação.

Não somos profissionais da aviação. Esse sentimento é único, é para todas aquelas pessoas que são profissionais, que são pessoas chegadas e que convivem com a aviação, porque voar é essa coisa maravilhosa, extraordinária, que só mesmo voando para poder definir melhor.

O Aeroclube de Santa Catarina é uma instituição que hoje comemora 75 anos. E se fizermos uma análise, concluiremos que poucas são as instituições que durante 75 anos, desde sua fundação, dia após dia, diuturnamente, sem qualquer interrupção, conseguiram permanecer focadas no seu objetivo. O aeroclube, desde o primeiro dia que foi fundado, teve como objetivo maior a formação de pilotos, o aerodesporto, a cultura aeronáutica. E desde a sua fundação até os dias de hoje isso está presente no aeroclube.

É evidente que uma instituição que sobrevive por 75 anos passa por momentos de dificuldades. Com o nosso aeroclube não foi diferente. Nós tivemos inúmeros momentos de dificuldades, mas elas nunca foram maiores a ponto de suplantarem a nossa capacidade, o nosso desejo, a nossa firmeza no sentido de mantê-lo e a nossa escola de formação de pilotos. Se hoje somos homenageados aqui e de fato, sentimos muito orgulhosos por essa homenagem, porque certamente marcará as nossas vidas de forma indelével, mas estamos aqui como muito bem colocou o presidente da sessão, deputado José Nei Ascari, porque outros há

75 anos iniciaram esse sonho e de lá para cá tantos outros a seu modo, à sua forma, com as suas possibilidades, conseguiram fazer com que esse sonho fosse perpetuado para chegar até os dias atuais.

O aeroclube, hoje, faz 75 anos. Então, gostaria e peço licença aos demais homenageados para que nós pudéssemos também estender essa homenagem que nos é feita a todos aqueles que nesses 75 anos colaboraram, dedicaram-se e fizeram do aeroclube um local agradável, digno, forte e formador como tem sido ao longo de todo esse tempo. O nosso aeroclube, diferentemente do que possa parecer, não é um simples clube onde se reúnem pessoas, pilotos, para voar, para falar de aviação, também é, mas o nosso aeroclube é sobretudo uma escola. Um jovem que hoje chega lá e se apresenta com seus 20 anos, 20 e tantos anos de idade, sem qualquer qualificação profissional, ao terminar todo o histórico do curso do aeroclube: piloto privado, comercial, multimotor, voo por instrumento, ele sai com uma profissão, que é a de aeronauta, ao fazer esses cursos que o aeroclube disponibiliza ele pode perfeitamente sair dali e ir trabalhar numa companhia aérea, como tanto colegas nossos já o fizeram. E vejo alguns que estão aqui que são testemunhas disso. São profissionais de aviação.

Hoje temos nas grandes companhias aéreas do Brasil e até no exterior um número enorme de profissionais que se formaram em nosso aeroclube. Portanto, eu gostaria de mais uma vez agradecer ao presidente Adauto, da atual diretoria, que vem fazendo um trabalho extraordinário, tendo sempre em mente o interesse maior do aeroclube.

Agradeço ao deputado José Nei Ascari, em nome da Presidência da Assembleia Legislativa, que nos oportunizou esta noite tão agradável, e sobretudo às pessoas que estão aqui.

O nosso aeroclube chegou aos 75 anos e muitos outros 75 haverão de vir, porque assim como voar é uma paixão indecifrável, é uma coisa difícil de ser definida, essa vontade, esse desejo, essa alegria de manter viva uma instituição como é o aeroclube, local onde normalmente se inicia essa paixão para todas as pessoas, é arrebatadora.

Tenham a certeza de que o nosso aeroclube irá manter-se por outros longos 75 anos daqui para a frente. Para nós homenageados é um orgulho enorme poder receber esse reconhecimento dos nossos pares, das pessoas que lá convivem conosco. E mais uma vez quero agradecer e dizer-lhes que para nós foi uma honra muito grande. E vamos torcer para que o nosso aeroclube continue e que as nossas autoridades constituídas continuem sempre dando esse apoio, esse incentivo que é fundamental para o desenvolvimento e para a atividade aeronáutica não só aqui em Santa Catarina, não só no nosso aeroclube, mas nos aeroclubes de todo o Brasil.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. DEPUTADO JOSÉ NEI ASCARI - Convido para fazer uso da palavra o sr. Luiz

Adauto Costa, presidente do Aeroclube de Santa Catarina.

O SR. LUIZ ADAUTO COSTA - Boa noite a todos!

Agradeço ao deputado José Nei Ascari por esta oportunidade de poder voltar a esta Casa para homenagearmos o nosso aeroclube que aqui teve as suas raízes, foi alicerçado. Saúdo as demais autoridades que estão presentes e também todo o nosso povo aviador que conosco vive o dia a dia da aviação.

Meus amigos ex-presidentes que lutaram aquela entidade e lutam ainda, conto com o apoio de vocês, porque é dessa forma que vamos conseguir vencer.

Eu gostaria de não deixar passar essa oportunidade de dar um pouco mais de esclarecimentos sobre a nossa história, já que estamos resgatá-la. Pretendemos até o fim deste ano lançar um livro contando a história do Aeroclube de Santa Catarina. Hoje temos posse das atas iniciais. Temos toda a documentação. E estamos resgatando fatos históricos. E peço que, se alguém que está presente dispuser de qualquer material que possa acrescentar a esse trabalho, não se acanhe e procure-nos.

Deputado, peço licença para ler um pouquinho da história do clube, até para que fique registrado, já que aqui vai ser documentado.

(Passa a ler.)

“Hoje vivemos um dia muito especial para a família do Aeroclube de Santa Catarina poder voltar a esta Casa. Digo voltar, porque aqui dentro fomos alicerçados, onde homens movidos, como disse o meu colega Mário Capella, pelas paixões de voar acreditaram que era possível voar e fazer escola de aviação em Santa Catarina.

Esse sonho começou a virar realidade em 1937, em Florianópolis, no Clube 12 de Agosto, onde foi fundado. E no início o nosso nome era Aeroclube Catharinense.

Nas nossas pesquisas deparamos com alguns fatos singulares. E para que possamos conhecer melhor a nossa entidade, gostaria de tocar no assunto sobre o nosso livro. Portanto, repito, se alguém puder e tiver conhecimento de algum fato que venha a acrescentar, que nos procure.

Eu retirei das atas iniciais do clube, e aí é uma questão de documento e um fato delicado... Eu vou ler um trechinho da primeira ata de fundação do aeroporto.

Fundado em 21 de setembro de 1937, assumiu a Presidência dos trabalhos o sr. tenente aviador Fernando Borges, propondo que fosse aclamada a seguinte diretoria: presidente, Franklin Ganzo, secretário, Edmundo Simone, e Francisco Bruggmam como tesoureiro, sendo em seguida a mesma empossada. Ato contínuo o sr. tenente aviador Fernando Borges, fazendo uso da palavra, comunicou aos presentes que o coronel Epaminondas Santos, comandante da Base Aérea da Ressacada (Aviação Naval), cederia instrutores e todo o material necessário para a formação de pilotos enquanto o aeroclube não os possuísse.

Para o biênio 1938/1939, assume a Presidência do aeroclube o dr. Aderbal Ramos da Silva, e deixou registrado na sua primeira ata que ficasse consignado um ato de louvor ao excelentíssimo sr. interventor federal dr. Nereu Ramos e ao comandante Epaminondas Santos (comandante do Centro de Aviação Naval), pelo relevante apoio dado ao nosso aeroclube. Durante a gestão do dr. Aderbal Ramos da Silva, em 17 de abril de 1938, o aeroclube recebe o primeiro equipamento doado pelo ministério da Marinha, um avião MOTH-TRAINER, um biplano de fabricação inglesa. Em março de 1939, o aeroclube adquire o segundo equipamento o MUNIZ-M7. Um registro importante: o MUNIZ-M7 foi a primeira aeronave produzida em série no Brasil. Apenas 28 unidades foram produzidas entre 1937 e 1941. E o nosso equipamento teve o prefixo Papa-Papa Tango Ego Novembro (PP-TEN), batizado de Alcione pela sra. Beatriz Pederneira Ramos, esposa do interventor federal dr. Nereu Ramos. Hoje, esse avião se encontra no Museu Aeroespacial, com sede no Rio de Janeiro.

Em 18 de outubro de 1939, o terceiro avião modelo WACCO, um avião biplano de fabricação norteamericana, doado pelo Exército Nacional, recebe o nome de batismo Albatroz. Em 1941, já sob a Presidência do capitão da Força Pública, Asteróide Arantes, chega o quarto avião, fruto de uma campanha sustentada pelo jornalista Assis Chateaubriand, diretor dos *Diários Associados*. Outro fato importante é que essa campanha chamada Asas para o Brasil ajudou a criar 400 aeroclubes, distribuindo aproximadamente 700 aeronaves. Ainda em 1941, diante das dificuldades de locomoção, centro de Florianópolis, Base Aérea da Ressacada, o aeroclube compra de Carlos Hoepcke S/A um chassi de uma caminhonete e transforma em ônibus.

Em 10 de agosto de 1942, a legislação federal determina que os aeroclubes com sede nas capitais e demais cidades de cada estado tomariam respectivamente o nome de cada estado e das referidas cidades. Diante do exposto houve a alteração para o Aeroclube de Santa Catarina.

Então, fundamos em 1937 o Aeroclube Catarinense, e em 1942 passou a chamar-se Aeroclube de Santa Catarina.

Em 1943, ainda sob a Presidência do major da Força Pública, Asteróide Arantes, o aeroclube com o apoio do interventor dr. Nereu Ramos, empresários, prefeitura municipal de São José e colaboradores adquiriu uma área de terra no lugar denominado Roçado, ali edificando seu aeródromo, à margem direita do Rio Araújo.

Nas diversas demonstrações de apoio à estruturação da entidade, a cidade se envolve com várias ações, dentre elas o baile do alumínio realizado nas dependências do Lira Tênis Clube e do Clube 12 de Agosto, cujo ingresso era feito mediante à doação de metais (alumínio e cobre), jóias etc.

Há de se ressaltar as ações sociais desenvolvidas pelo grêmio esportivo 'Marajoara', com o propósito de angariar fundos para a construção da pista de pouso

e hangar. O referido grêmio promovia acirradas partidas de futebol entre gaúchos, catarinenses e paranaenses.

Em 1945, por ocasião da inauguração da cumieira do hangar, encontrava-se entre os presentes os drs. Aderbal Ramos da Silva e Nereu Ramos, ocorrendo um fato singular, qual seja a reunião de emergência do Conselho Superior e a diretoria, com o fim especial de denominar o nome do hangar e do aeródromo. Sugeriu a presidência o nome do dr. Aderbal Ramos da Silva, considerando os relevantes serviços prestados à entidade pelo referido senhor. A proposta foi unanimemente aplaudida. Ato contínuo, o aeródromo do Aeroclube de Santa Catarina recebeu o nome de 'Aeródromo Nereu Ramos'.

Dando um salto na história, na década de 70, dado ao acelerado crescimento populacional da região, o aeroclube se

viu obrigado a procurar um novo lugar onde pudesse melhor se estruturar. O local escolhido foi o sertão do Maruim.

Senhoras e senhores, para encerrar, dando uma nova dinâmica, um novo modelo de gestão, este ano conseguimos fazer, acredito, um novo marco na história. Criamos junto com a prefeitura de São José, com o grupo empresarial Pedra Branca e os nossos parceiros Senai, Fly e USJ o aeroparque de São José.

Essa é uma ação que envolve, junto com o grupo Pedra Branca, que vai lançar o tecnoparque, um complexo de tecnologia de alta complexidade, tanto para a aviação quanto para a formação de emprego. Esse é um presente que a gente tem para os 75 anos do aeroclube."

Muito obrigado a todos!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado José

Nei Ascari) - Agradecemos as autoridades com assento à mesa a presença, como também a todos aqueles que nos honraram com o seu comparecimento.

Neste momento, vamos ouvir a execução do Hino de Santa Catarina pela banda da Base Aérea de Florianópolis, sob a regência do suboficial Mendes.

(Procede-se à execução do hino.)

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convida todos os presentes para o coquetel ofertado pela Casa que será servido aqui ao lado, no hall.

Encerramos a presente sessão convocando outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA

ATOS DA MESA

ATO DA MESA Nº 648, 26 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, atendendo o disposto no art. 21, parágrafo único e art. 23 da Resolução nº 002, de 1º de fevereiro de 2006,

ANEXO ÚNICO DO ATO DA MESA Nº 648, 26 de outubro de 2012

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Atual	Nível conquistado
2087	MARIA MENDES DO NASCIMENTO	Agente Legislativo	PL/AGL-27	PL/AGL-28
1451	BERNADETE REBELO DE SOUZA	Agente Legislativo	PL/AGL-28	PL/AGL-29
1154	CRISTINA LOPES DOS REIS	Agente Legislativo	PL/AGL-28	PL/AGL-29
2131	EDUARDO GUEDES DE OLIVEIRA	Agente Legislativo	PL/AGL-28	PL/AGL-29
1474	MIGUEL ANTONIO ATHERINO APOSTOLO	Agente Legislativo	PL/AGL-28	PL/AGL-29
1138	SAULO DE OLIVEIRA	Agente Legislativo	PL/AGL-28	PL/AGL-29
2159	VILSON JOSE FLORIANO	Agente Legislativo	PL/AGL-28	PL/AGL-29
1505	EDMILSON MATTOS	Agente Legislativo	PL/AGL-29	PL/AGL-30
2200	NEIVA MARIA LUNARDI PRADE	Agente Legislativo	PL/AGL-29	PL/AGL-30
1916	VILSON PAULO DA SILVA	Agente Legislativo	PL/AGL-29	PL/AGL-30

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 649, de 26 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, atendendo o disposto no art. 21, parágrafo único e art. 23 da Resolução nº 002, de 1º de fevereiro de 2006,

ANEXO ÚNICO DO ATO DA MESA Nº 649, de 26 de outubro de 2012

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Atual	Nível conquistado
461	ZELIA TEREZINHA DE SOUZA	Técnico Legislativo	PL/TEL-41	PL/TEL-42
1593	MAURECI VIEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-42	PL/TEL-43
2044	ADELIA FERRARI CARDOSO	Técnico Legislativo	PL/TEL-43	PL/TEL-44
1962	ARGILIO MELLO ALVES	Técnico Legislativo	PL/TEL-43	PL/TEL-44
2041	AZUIR ADILIO DO NASCIMENTO	Técnico Legislativo	PL/TEL-43	PL/TEL-44
1989	GUILHERMINA M. DOS SANTOS ENGEL	Técnico Legislativo	PL/TEL-43	PL/TEL-44
2021	MIGUEL DONIZETE BABY	Técnico Legislativo	PL/TEL-43	PL/TEL-44

RESOLVE:

Art. 1º Posicionar os servidores ocupantes do cargo de Agente Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Fundamental, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, no nível subseqüente mais elevado, na sua classe de cargo, conforme o Anexo Único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de outubro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

RESOLVE:

Art. 1º Posicionar os servidores ocupantes do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, no nível subseqüente mais elevado, na sua classe de cargo, conforme o Anexo Único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de outubro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

1588	ZENAIDE MEYER	Técnico Legislativo	PL/TEL-43	PL/TEL-44
1450	ADEMIR BELONDINO DA SILVA	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1832	ANA MARIA GARIBOTTI	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1626	ANTONIO CARLOS SILVA DE OLIVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1107	ANTONIO CESAR RIGO PICHETTI	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1452	BERNARDINO ROSALINO TEIXEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
2686	CARLOS JOSE MORTARI	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1500	CIRO SILVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1787	GILMAR NUNES MAIA	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
2188	LUIZ HENRIQUE BONATELLI DE MELO	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1089	MARIA DAS DORES REZENDE IZE	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1409	MARTHA FERNANDEZ GONZAGA CURIAL	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1442	MAURILIO GUEDERT	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1805	MAURO CESAR FERREIRA DA SILVA	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1473	MESSIAS MARCIANO DE SOUZA NETO	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1965	PAULO CESAR COSTA	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
2079	RAQUEL HELENA DE BORJA RAMALHO	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1870	ROSITA NUNES	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1838	RUBENS MANOEL JUSTINO	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1425	SERGIO LUIZ CARDOSO	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1882	TANIA REGINA DE OLIVEIRA GUERREIRO	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1084	VALTER CLEMENTINO PEREIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1585	VANEO NIEHUES	Técnico Legislativo	PL/TEL-44	PL/TEL-45
1889	ANITA MARIA CARDOSO VIEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1406	ARNO JOAO JERONIMO	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1265	EDER DE QUADRA SALGADO	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1243	EDSON LUIZ DA SILVA AMORIM	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
2142	EMIR JOSE DE SOUZA	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1851	GUIDO WIGGERS JUNIOR	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1840	JACSON FERREIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1304	JOENIO PIRES	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1248	JULIO CESAR PRATES	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1027	LUIZ ALBERTO ORSI	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1151	LUIZ ARGEMIRO DE QUADROS	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1477	MAGDA BIANCHINI MATTOS	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1402	MARIA DE FATIMA BARRETO BECKER	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1338	MARIA ELIZABETH GONZAGA PACHECO	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1145	MARIA SALETE WILLEMANN	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1116	NEREU BAHIA SPINOLA BITTENCOURT	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1605	OLIVIO ARMANDO DOS SANTOS	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1333	RAQUEL NACK NUNES	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1482	RUBENS BEZ BATTI JUNIOR	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
1115	WANDA MARIA NUNES	Técnico Legislativo	PL/TEL-45	PL/TEL-46
865	ARILTON ROGERIO ANDRADE PEREIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1133	ARLINDA SANDRI	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1218	JAILTON DIAS DA CUNHA	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
972	JOAO ANTONIO DA SILVA	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1144	RAQUEL TERESINHA OLIVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
1245	ZELIA CECILIA DUARTE HOFFMANN	Técnico Legislativo	PL/TEL-46	PL/TEL-47
704	AMILTON DE ARAUJO SOARES	Técnico Legislativo	PL/TEL-47	PL/TEL-48
1608	CLAUDIA REGINA DO NASCIMENTO	Técnico Legislativo	PL/TEL-47	PL/TEL-48
1096	LUCIMAR EGINIO MARTINS	Técnico Legislativo	PL/TEL-47	PL/TEL-48
1470	MARIO SOARES	Técnico Legislativo	PL/TEL-47	PL/TEL-48
1583	VILSON VIEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-47	PL/TEL-48
775	ADRIANA LAUTH GUALBERTO	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1420	ADROALDO MIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
519	ALBERTO NEVES	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
763	CARLOS CASTILIO DE MATTOS	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
895	DERLEI CATARINA DE LUCA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1622	ELIAS BRUNO STEINBACH	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1349	ELISABETE SILVEIRA BRANDALISE	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49

871	FABIO SPROTTE FLORIANI	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
2034	HELOISA HELENA DA SILVA LAFUENTE	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
772	HENRIQUE JOSE DA COSTA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1373	JAYR DE OLIVEIRA MATTOS FILHO	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
873	JOAO PACHECO DOS REIS	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1970	JORGE JOSE SALUM JUNIOR	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1097	JORGE LUIZ BIELLA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1566	JOSE ALBERTO BRAUNSPERGER	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1166	JOSE FILOMENO NETO	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1083	JULIO CESAR SILVA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1947	LEDA DA APARECIDA PEREIRA HUPPI	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
915	LUIZ CESAR VERISSIMO	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1292	LUIZ ROBERTO SILVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1330	MARCIA HELENA PEREIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
482	MARIA DA GRACA VIEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
631	MARIA DO BONSUCESSO VITOR KOERICH	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
2063	MARIA ELISABETE MOREIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1419	MARIA LUCIA PINTO DA LUZ	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1476	MARIA TERESINHA FARIAS	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1920	MARLISE KUPAS SOARES	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1441	MAURILIO ALVES	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
688	NELISE REGINA DE SOUZA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1264	NIVALDO MAURICIO ERCKMANN	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
697	RENEI CARLOS RACHADEL	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1704	ROBERSON DORNBUSCH	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
967	RONALDO ROLNEI SOUZA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
517	ROSA MARIA DE LACERDA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1809	SIMONE MARÇAL ALVES	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
441	SONIA VARELA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
308	SUELI LOURENCO DE DEUS	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
731	TANIA REGINA MARTINS	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
641	TULIO CESAR MAFRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
1799	VALCI ANTENOR MANOEL DIONISIO	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
708	WILMAR SOARES	Técnico Legislativo	PL/TEL-48	PL/TEL-49
2107	ODICELIA HENRIQUE N.MOURA	Técnico Legislativo	PL/TEL-51	PL/TEL-52
1228	RICARDO VALERIO ORIANO	Técnico Legislativo	PL/TEL-51	PL/TEL-52
2154	ADRIANO RIBEIRO CARGNIN	Técnico Legislativo	PL/TEL-52	PL/TEL-53
1580	ROSEVALDA CORREIA	Técnico Legislativo	PL/TEL-52	PL/TEL-53
1906	SONIA MARIA DA SILVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-52	PL/TEL-53
1375	AMELIA NOVAES CORDEIRO	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1448	AMILTON GONCALVES	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
2038	ANGELA MARIA BACK KOERICH	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1359	ANTONIO CARLOS MORRO	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1873	CARMEN LUCIA MARIAN	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1502	CRISTIANI LUCHI SILVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1814	DULCINEIA MARIA GOULART	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1686	EDISON KNAPP	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1508	ELIANE DA CUNHA ACHAR	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1194	FLAVIO PITTIGLIANI VIEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1079	GERSON DA ROSA	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
2115	GILMAR CARGNIN	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1688	JAIR JOSE FARIAS	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1152	JANDIRA LEONILDA MENEZES	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1964	JANETE M. BARTHOLOMEU MONTEIRO	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
2157	JOAO FULVIO FURTADO VIEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1564	JOSE AGRICIO GONCALVES	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
2148	LAURA ELITA VIEIRA AMORIM	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
2001	LAURICI SILVA DO HERVAL	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1468	LEOBERTO BREGUE DANIEL	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
2957	LINO JOSE DAMIANI DESTRO	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1891	LUCILA DEMENECK ANTUNES	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54

1389	MARIA CELESTE FERREIRA MONTEIRO	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1132	MARLI LIMA BARROSO	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1571	MARLISE F. ARRUDA RAMOS BURGER	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1113	NEIDE ADALGIZA DE OLIVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
962	NIVALDO CESAR SENES SANTOS	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1999	ROSELIA FLORENCIO	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
2122	SERGIO NEY SANT'ANA DE OLIVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1584	VERA MATTOS	Técnico Legislativo	PL/TEL-53	PL/TEL-54
1796	ADEMIR GASSTMANN	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1449	ADIEL FERNANDES CIPRIANO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1552	ALEXANDRE ALDO CIPRIANI	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1256	ALEXANDRE LUIS SOARES	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2083	ALTEMIR BEZ	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1376	ANGELINO SAVIO QUARTIERO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1907	ANIBAL CANTALICIO ESTANISLAU	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1087	CARLOS CESAR DE OLIVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1955	CLAIRE KNAPP GREGHI	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1454	CLAUDIA REGINA ROCHA CABRAL	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1501	CLAUDIR JOSE MARTINS	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2124	DENISE DA SILVA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1722	DIOGENES DOMINGOS GRIGOLO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1990	DIRCE LUCIA PIANO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
395	DOMINGOS LUIZ CARDOSO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2022	ELENICE MARTINS FERREIRA RAMOS	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1509	ELIZABET SOUZA ARAGAO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1879	EVANDRO GONCALVES PEREIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1042	FATIMA REGINA PEREIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
705	FERNANDO ANTONIO RUSSI	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1562	GERVASIO PAULI	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1461	GETULIO DORTA DE MELO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1930	GILBERTO LUIZ HELFENSTEIN	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2030	GILSON RIBEIRO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1514	ITAMAR PIRES PACHECO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1383	IVON MONTEIRO DE SOUSA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2091	IZAURO LUIZ PEREIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
449	JAIR JOSE DIAS	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1121	JOAO CARLOS DOS SANTOS	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1339	JOAO DE AQUINO CONCEICAO NETO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1175	JOAO ROBERTO PIO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1521	JONAS LEMOS CAMPOS	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2202	JORGE BLANK	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1421	JORGE CLENIO DA SILVA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2170	JOSE DAS NEVES FILHO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1178	JOYCE DOS SANTOS ALVES	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1088	JUAREZ JOSE TORTATO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2160	JULIO BARBOSA MATIAUDA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1141	LAURA BRASCA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1570	LENIR MARTINS ANDRADE LUZ	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1387	LUCIANE DALLA BARBA CADOR ZAGUINI	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1994	LUCIANE FADEL	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1912	LUIZ ALBERTO METZGER JACOBUS	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2162	LUIZ CARLOS PAIVA JUNIOR	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
3541	LUIZ GONZAGA DE LIMA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1567	LUIZ HENRIQUE RUSSI	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1413	LUIZ LEONIDAS LOPES	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1801	MABEL SANTOS DA SILVA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2134	MADALENA SCHMIDT PIONER	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
616	MANOEL JOSE FABIANO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2167	MARCELO HENRIQUE BELLO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
635	MARCIO MORAES COSTA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
721	MARCOS AURELIO GUNDEL	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55

2191	MARIA APARECIDA ROSA ECKERT	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1252	MARIA MARCIA DE MELO BARRETO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
599	MARIA SALETE DE BEM URBAN	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
732	MARIA SALETE VOSS ROSA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2129	MARILIDIA COSTA AMARAL	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1531	MARILU LIMA DE OLIVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1028	MARLY COSTA DOS SANTOS	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2071	MARTA LUCIA MASSOLINI LIPPEL	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1153	MILTON FRANCISCO OSCAR FILHO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1374	PAULO CESAR RODRIGUES	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1355	PAULO JOSE ROSA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1483	RITA DE CASSIA COSTA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1262	RITA DE CASSIA DOS SANTOS	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1405	ROBERIO DE SOUZA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2097	ROCLER RECH	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2020	ROSANA BRASCA CAJUELLA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
4251	ROSANA BUNN	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1872	ROSANA PIO SILVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2051	ROSANE CHEREM DE ABREU	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1481	ROSVITE INEZ MACHRY	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
3120	RUBEM CESAR FARAH	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
4341	SABRINA ROBERTA SCHMITZ	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2064	SANDRA MARIA RAIMUNDO MEDEIROS	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1598	SANIA BARRETO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1013	SERGIO LUIZ SELL	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1904	SILVIA REJANE BOTOME	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1487	STELA MARIS MARTINS DA SILVA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1887	VALCI MARTINS	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
938	VANIO CARDOSO DARELLA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1394	VANOIR GUAREZI ZACARON	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2013	VERA LUCIA CALAZANS BORGES	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1600	VERA LUCIA CARDOSO DAMASCO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1274	VICENTE CRAVO DI PIETRO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1039	VICTOR INACIO KIST	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1119	VILMA CARDOSO	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
1111	VILSON ELIAS VIEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
2787	WALMIR DE OLIVEIRA MATOS	Técnico Legislativo	PL/TEL-54	PL/TEL-55
707	ALBERTO MAGNO PALADINI	Técnico Legislativo	PL/TEL-55	PL/TEL-56
1998	BERNADETE ALBANI LEIRIA	Técnico Legislativo	PL/TEL-55	PL/TEL-56
1914	DULCE MARIA DA COSTA	Técnico Legislativo	PL/TEL-55	PL/TEL-56
1378	ELISABETH NUERNBERG	Técnico Legislativo	PL/TEL-55	PL/TEL-56
1149	LUCIANO DE CARVALHO OLIVEIRA	Técnico Legislativo	PL/TEL-55	PL/TEL-56
781	LUIZ CARLOS PADILHA PUTTKAMMER	Técnico Legislativo	PL/TEL-55	PL/TEL-56
2039	MAURICIO NASCIMENTO	Técnico Legislativo	PL/TEL-55	PL/TEL-56
1541	RAQUEL BITTENCOURT TISCOSKI	Técnico Legislativo	PL/TEL-55	PL/TEL-56

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 650, de 26 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, atendendo o disposto no art. 21, parágrafo único e art. 23 da Resolução nº 002, de 1º de fevereiro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Posicionar os servidores ocupantes do cargo de Analista Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Superior, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, no nível subsequente mais elevado, na sua classe de cargo, conforme o Anexo Único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de outubro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

ANEXO ÚNICO DO ATO DA MESA Nº 650, de 26 de outubro de 2012

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Atual	Nível conquistado
4992	ADRIANA HELENA DE SOUZA GEZAK	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
4968	ALMERINDA LEMOS THOME	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
4961	ANA MARIA ALANO	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
4345	ANA RITA MORICONI DE SOUZA	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
3072	ANGELA APARECIDA BEZ	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55

4349	CARLA GRECO GRANATO	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
4405	EDUARDO DELVALHAS DOS SANTOS	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
4346	ELIANA BARCELOS	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
4406	ELZAMAR ALVES DANTE	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
3129	LORIS NASSAR CAMISAO	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
4663	LUIZ ROBERTO LOCKS	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
2084	MARIA APARECIDA ORSI	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
2573	MARIA MARCON CORREA	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
4990	MARIA NAGIBA ZATTAR	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
4347	RENATA HAZAN NAPOLEAO SALLES	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
4343	RUBIA CARINE ESBROLIO	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
4344	SIBELLI D'AGOSTINI	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
4633	SILVIA REGINA SILVEIRA DA ROSA	Analista Legislativo	PL/ALE-54	PL/ALE-55
1553	AFONSO PRATES DA SILVA JUNIOR	Analista Legislativo	PL/ALE-59	PL/ALE-60
2096	JOHNI LUCAS DA SILVA	Analista Legislativo	PL/ALE-59	PL/ALE-60
1959	ZILA FALCK BORTOLINI	Analista Legislativo	PL/ALE-59	PL/ALE-60
1201	ADILSON AGENOR PERES	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
1915	ANDREA RIBEIRO BITTENCOURT	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
1137	CLARICE ROSA KUHL	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
1507	EDUARDO ROCHA	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
1510	ESTELA MARIS ROSSINI	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
1847	ISABELLA DE ARAUJO BRAND FLORES	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
457	JOAO MARIA GOMES DA SILVA	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
1638	KATIA LOTTIN	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
1592	MARI ANGELA PAULI CUSTODIO	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
1601	ROMEU FRANZONI JUNIOR	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
1179	RUBENS CHAVES VARGAS	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
2089	SORAYA FINCO FARIA	Analista Legislativo	PL/ALE-60	PL/ALE-61
2125	ALEXANDRE MELO	Analista Legislativo	PL/ALE-61	PL/ALE-62
2094	TERESINHA BLOEMER PICKLER	Analista Legislativo	PL/ALE-61	PL/ALE-62
1597	PAULO ROBERTO ARENHART	Analista Legislativo	PL/ALE-62	PL/ALE-63
2144	ROSALBA FIUZA LIMA	Analista Legislativo	PL/ALE-62	PL/ALE-63
1884	ANTONIO ORLANDO	Analista Legislativo	PL/ALE-63	PL/ALE-64
1812	CLEUSA BOTELHO CRIPPA	Analista Legislativo	PL/ALE-63	PL/ALE-64
2189	JORGE ROBERTO KRIEGER	Analista Legislativo	PL/ALE-63	PL/ALE-64
1094	ALDO LUIZ GARCIA	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
2066	ANA MARIA DE QUEIROZ GARCIA	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1429	CARLOS HENRIQUE MACHADO	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
959	CARLOS ROBERTO SILVEIRA	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1811	CELITA PINTO FORTKAMP	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
2537	CINTIA MARA SCHE VIEGAS	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
2138	CLERSON LARROYD	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
2003	CLOVIS NELSON PIRES DA SILVA	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1859	CRISTIANY GEVAERD ZOSCHKE	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1503	CRISTINA LIGOCKI P. WESCHENFELDER	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1377	DULCINEA REGIS	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1491	ELIANA DE FREITAS RIBEIRO	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
521	FERNANDO JOSE ALTHOFF	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
979	FLAVIA MARIA DE SOUZA G. DE OLIVEIRA	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1948	GILSON LUIZ BORGES	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
776	HELOISA CABRAL UCHOA REZENDE	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1858	IMER CALDAS	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1300	ISABEL CRISTINA CARNEIRO SCHAEFER	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1354	IVETE TEREZINHA R. CARNEIRO TAVARES	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1437	IWANA LUCIA LENTZ	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1258	JANIO MENDONCA	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1424	JERO DOS PASSOS ESPINDOLA	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1568	LUCIA HELENA COELHO PRAZERES	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
945	LUIZ OTAVIO GARCIA	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1302	MANOEL GONZAGA DE OLIVEIRA NETO	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1574	MANSUR MELQUIADES ELIAS JUNIOR	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65

1573	MARCIA OTILIA SASSO	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
753	MARIA DALVA STAHELIN	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1255	MARIA GERALDINA DA SILVA SOUZA	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1472	MARIO ROBERTO BOTT HABLITZEL	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1390	MARISE ORTIGA ROSA	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1533	MIRIAM CRISTINA VALLE DALBOSCO	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1534	NADIA REGINA PEREIRA	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
936	RENATO HERCILIO BERTOLDI	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
2055	RICARDO BULCAO VIANNA	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
935	RICARDO CASCAES SABINO	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1942	RONEDY DE BONNA PIVA	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
619	ROSANGELA BITTENCOURT	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1416	ROSANI GRACA BENTO	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1909	SANTINA SILVESTRI	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
2169	SINARA LUCIA VALAR DAL GRANDE	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1269	SIRLENE MICHELS ZUNINO	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1841	SONIA MARIA DOS PASSOS	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1105	SONIA V. DE CARVALHO BERNARDES	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1117	TANIA MARIA NOWAKOWSKI	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
2047	TULIA DE FREITAS RIBEIRO	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1173	VICENTE PACHECO OLIVEIRA	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
1353	WALMA CORREA SANTA RITTA	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
2172	WELLINGTON JOSE ZOMKOWSKI	Analista Legislativo	PL/ALE-64	PL/ALE-65
696	ALBERTINA BARRETO DE MELO	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
851	ALTAMIRO OSMAR KOERICH	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1237	ALVARO PACHECO DE SOUZA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
2177	ANA MARIA FADEL NEVES	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
844	CELIO CESAR DA SILVA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1294	DEBORA MARA CARDOSO BORGES	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1825	FERNANDA SIMÕES VIEIRA G. TORRES	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1563	HELOISA HELENA CARDOSO	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1620	HUGO GRÉGHI	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1705	IVONE DE FATIMA BONOMINI DE LUNA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1802	JACOB TANCREDO KNABBEN	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
2088	LEONARDO SALVINI	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1792	MARCOS ANTONIO SILVEIRA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1969	MARISTELA DARONCO DA SILVEIRA LIMA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
676	MARLENE ROSA	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1426	THESSALIA MAY RODRIGUES	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1546	VANIA M. CARRICO DE O D PERDIGÃO	Analista Legislativo	PL/ALE-65	PL/ALE-66
1103	ROSANI VIEIRA	Analista Legislativo	PL/ALE-67	PL/ALE-68
565	ADAURI PAULO SCHMITT	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
460	ALESIO DOS PASSOS SANTOS	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
1162	ANNA SORAYA BACHA	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
1558	BERNARDETE CARLESSI	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
408	CELSON JOAO DA ROCHA	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
711	ELIANE REGINA CORREA DE MATTOS	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
2037	FREDERICO ALEXANDRE CRIPPA	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
427	FREDOLINO BECKER	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
1988	GICELA DE AGUIAR SANTANA	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
1238	ITAMAR JOSE EFFTING	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
1170	JACQUELINE S. T. DE C. QUARESMA	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
428	LEOGILDO AGENOR LINO	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
264	LUIZ AUGUSTO SCHNEIDER	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
1101	MARCIA GONZAGA DE OLIVEIRA	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
2130	MARIA APARECIDA LEITAO PACHECO	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
1609	NADIA MAKHOUL NEVES	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
904	NEWTON LADISLAU ZOMKOWSKI	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
1788	PAULO ELISEU SANTOS	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
980	PEDRO IDERALDO SAMPAIO	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
1927	RITA AMALIA MACEDO GIOMBELLI	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69

860	ROSIMILIA LIMA FONSECA	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
1102	RUBENVALDO DA SILVA	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
2198	SAMIR MACHADO	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
2133	SARA LONI LEEPKALN MEDEIROS	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
950	SCHEYLA GONCALVES DA SILVA	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
1210	SIOMARA GONCALVES VIDEIRA	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
1810	SORAIA MARÇAL BOABAID	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
1249	TANIA MARIA HILSENDEGER DA SILVA	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69
987	VERA LUCIA CRESPI GOMES	Analista Legislativo	PL/ALE-68	PL/ALE-69

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 651, de 26 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, atendendo o disposto no art. 21, parágrafo único e art. 23 da Resolução nº 002, de 1º de fevereiro de 2006,

RESOLVE:

Art. 1º Posicionar os servidores ocupantes do cargo de Consultor Legislativo - Grupo de Atividades de Assessoria Institucional,

do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, no nível subsequente mais elevado, na sua classe de cargo, conforme o Anexo Único deste Ato.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a contar de 1º de outubro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

ANEXO ÚNICO DO ATO DA MESA Nº 651, de 26 de outubro de 2012

Matrícula	Nome	Cargo	Nível Atual	Nível conquistado
840	EDUARDO BALDUINO MACHRY	Consultor Legislativo I	PL/ASI-58	PL/ASI-59
866	MARCIO ANTONIO CHEDID ROSSI	Consultor Legislativo I	PL/ASI-59	PL/ASI-60
2192	PAULO RICARDO GWOSZDZ	Consultor Legislativo I	PL/ASI-59	PL/ASI-60
1556	ANTONIO CARLOS VIEIRA JUNIOR	Consultor Legislativo I	PL/ASI-60	PL/ASI-61
2186	CARLOS ALBERTO DE LIMA SOUZA	Consultor Legislativo I	PL/ASI-60	PL/ASI-61
1844	CLAYTON AVILA ALVES	Consultor Legislativo I	PL/ASI-60	PL/ASI-61
1843	FABIANO AUGUSTO FERNANDES KRIEGER	Consultor Legislativo I	PL/ASI-60	PL/ASI-61
1936	FABIO DE MAGALHAES FURLAN	Consultor Legislativo I	PL/ASI-60	PL/ASI-61
1458	GERSON R. DE BANDEIRA PAMPLONA	Consultor Legislativo I	PL/ASI-60	PL/ASI-61
1332	HELIO ESTEFANO BECKER FILHO	Consultor Legislativo I	PL/ASI-60	PL/ASI-61
1933	JOSE MAURICIO CORDEIRO	Consultor Legislativo I	PL/ASI-60	PL/ASI-61
1524	JOSE PAULO PEREIRA DA SILVA	Consultor Legislativo I	PL/ASI-60	PL/ASI-61
1806	LUCIANO SERPA	Consultor Legislativo I	PL/ASI-60	PL/ASI-61
1475	MARCELO DE PAULA RIBEIRO	Consultor Legislativo I	PL/ASI-60	PL/ASI-61
2213	SILVIA RIBAS DE MIRANDA RAMOS	Consultor Legislativo I	PL/ASI-60	PL/ASI-61
1092	DEJANE LUIZA BORTOLI	Consultor Legislativo II	PL/ASI-61	PL/ASI-62
2187	NADIESDA GHIZZO SCHMIDT	Consultor Legislativo II	PL/ASI-61	PL/ASI-62
1756	NEROCI DA SILVA RAUPP	Consultor Legislativo II	PL/ASI-61	PL/ASI-62
730	CLEIA MARIA BRAGANHOLO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-62	PL/ASI-63
388	ODAIR MACHADO DE FRANCA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-62	PL/ASI-63
1025	EPITACIO BITTENCOURT SOBRINHO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-63	PL/ASI-64
929	ERADIO MANOEL GONCALVES	Consultor Legislativo II	PL/ASI-63	PL/ASI-64
1877	ANTONIO HENRIQUE C. BULCAO VIANNA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
694	CARLOS ANTONIO DOS SANTOS	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
1845	EDNA ROSALINA SCHUMACHER	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
1010	FABIO MATIAS POLLI	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
1253	FRANCISCO JOAO DA ROSA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
1459	GILBERTO SIMOES DE BONA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
2538	ISABELA VIEIRA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
1678	IVENS ANTONIO SCHERER	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
1285	JOSE CARLOS CARVALHO DE LIMA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
1287	LEIA MENDES COOK	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
606	LENITA WENDHAUSEN CAVALLAZZI	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
1921	MARCELO DOMINGUES	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
1902	MYLLENE VIEIRA CAMILLI	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
1020	PTOLOMEU BITTENCOURT JUNIOR	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
1582	SILMARA QUINTAO DA SILVEIRA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-64	PL/ASI-65
1104	ANA LUCIA COELHO MIGNONI BOTELHO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
1290	HELOISA MARA LISBOA VIEIRA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
550	HENRIQUE RAMOS FILHO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
766	JOAO OSCAR KRIEGER MERICO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66

2543	JUCARA HELENA REBELATO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
843	MANOEL RENATO BACK	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
675	MARGARET BITTENCOURT	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
2123	MARIA DE LOURDES NASARIO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
1671	NIRACI CHIMINELLI	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
1011	PAULO HENRIQUE ROCHA FARIA JUNIOR	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
937	REINHARD RICHTER	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
784	ZANY ESTAELE LEITE	Consultor Legislativo II	PL/ASI-65	PL/ASI-66
638	ARMANDO JOSE MULLER	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
717	CECILIA BIESDORF THIESEN	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
617	ERALDO KFOURI	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
513	FAUSTO BRASIL GONCALVES	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
1114	HENRIQUE VAZ	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
743	JOSE BUZZI	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
424	JOSE CARLOS DA SILVEIRA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
295	JOSE LUCIO BUCHELE	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
1527	MARCELO AUGUSTO COSTA RICHARD	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
1363	MIRIAM A. DE ATHAYDE F. KRIEGER	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
176	NAZARILDO TANCREDO KNABBEN	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
1539	PAULO RICARDO MERLIN	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
976	ROBERTO TAGLIARI LIMA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
438	SALVIO ZULMAR DE SOUZA	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
614	SORAIA BEATRIZ BACHA NASCIMENTO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
787	TOBIAS WAGNER JUNIOR	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69
658	VERA LUCIA PEREIRA PACHECO	Consultor Legislativo II	PL/ASI-68	PL/ASI-69

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 652, de 26 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR a servidora **MARIA APARECIDA ORSI**, matrícula nº 2084, da função de Assessoria técnica-administrativa - Revisor Taquigráfico, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 24 de outubro de 2012 (DL - Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 653, de 26 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, § 1º, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DISPENSAR o servidor **ELIAS BRUNO STEINBACH**, matrícula nº 1622, da função de Assessoria técnica-administrativa - Apoio Técnico e Sonorização, código PL/FC-2, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, a contar de 18 de outubro de 2012 (DA - Coordenadoria de Serviços Gerais).

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 654, de 26 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2731/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora

MAGDA DE ARAÚJO NARCISO, matrícula nº 1301, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-68, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 1,67% (um vírgula sessenta e sete por cento) do valor correspondente a Gratificação de Exercício, código PL/FC-6, do Grupo de Atividades de Direção e Assessoramento Superior e 59,17%(cinquenta e nove vírgula dezessete por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-5, do grupo de atividades de função de confiança, mediante substituição de 20,84%(vinte vírgula oitenta e quatro por cento) do percentual anteriormente conquistado pela Resolução nº 1188/91 de 13/05/1991, totalizando 100%(cem por cento), com eficácia financeira a contar da dispensa da função de confiança. Por ser ocupante da Função de Confiança de Gerência Cultural, código PL/FC-5, deverá fazer opção, pois o benefício não é cumulativo.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 655, de 26 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2581/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 26 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, com a redação dada pela Resolução nº 009, de 31 de agosto de 2011, e observada a Resolução nº 002/2004,

CONCEDER ADICIONAL DE EXERCÍCIO à servidora

CRISTIANY GEVAERD ZOSCHKE, matrícula nº 1859, ocupante do cargo de Analista Legislativo, código PL/ALE-64, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, correspondente a 40% (quarenta por cento) do valor da Função de Confiança, código PL/FC-3, do grupo de atividades de função de confiança, totalizando 100% (cem por cento), incluindo percentual já agregado pela Resolução nº 1735/89, de 01/12/1989, com eficácia financeira a contar de 18 de outubro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 656, de 26 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, tendo em vista o que consta do Processo nº 2723/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 27 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006, deste Poder,

ATRIBUIR à servidora **LAURA CELESTE JAEGER GUBERT**, matrícula nº 6321, ocupante do cargo de Técnico Legislativo - Grupo de Atividades de Nível Médio, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, do código PL/TEL-26, padrão vencimental correspondente ao nível 51, a contar de 01 de outubro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 657, de 26 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2748/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 28 da Resolução nº 002, de 11 de janeiro de 2006,

ATRIBUIR à servidora **CRISTIANI LUCHI SILVEIRA**, matrícula nº 1502, **ADICIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO**, em nível de Especialização, no valor correspondente ao índice 1,8658, estabelecido no Anexo X, da Resolução nº 002, de 11 janeiro de 2006, com efeitos a contar de 04 de outubro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente
Deputado Jailson Lima - Secretário
Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

ATO DA MESA Nº 658, de 26 de outubro de 2012

A MESA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no exercício de suas atribuições, com amparo no inciso XVI e parágrafo único do artigo 63 do Regimento Interno da ALESC, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2830/2012,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 05 de julho de 2005, combinado com o art 7º da Emenda Constitucional 41, de 2003.

CONCEDER APOSENTADORIA por tempo de contribuição, ao servidor **MAURILIO GUEDERT**, matrícula nº 1442, no cargo de Técnico Legislativo, código PL/TEL-45, do Quadro do Pessoal da Assembleia Legislativa, com proventos integrais e paridade na forma da lei, a contar de 17 de outubro de 2012.

Deputado **GELSON MERISIO** - Presidente

Deputado Jailson Lima - Secretário

Deputado Reno Caramori - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

EXTRATOS

EXTRATO Nº 146/2012

REFERENTE: Contrato CL nº 028/2012, celebrado em 22/10/2012.

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: Stark Locação de Equipamentos Ltda.

OBJETO: Locação de um gerador de energia de 100 KVA, motor a diesel, incluso quatro lances de 20 m de cabos, instalação, treinamento e manutenção preventiva e corretiva, para guarnecer as estruturas físicas e lógicas do centro de processamento de dados da ALESC, em caso de queda de energia.

VALOR GLOBAL: R\$ 40.500,00

VALOR MENSAL: R\$ 3.375,00

VIGÊNCIA: 01/11/2012 a 31/10/2013

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 8.666 de 21/06/93 com suas alterações, que regulamenta o art. 37, inciso XXI da Constituição Federal de 1988; Lei nº 10.520 de 17/07/2002; Lei Complementar nº 123 de 14/12/2006; Autorização Administrativa para Processo Licitatório nº 41 de 29/08/2012, parte integrante deste instrumento, assim como todas as cláusulas e condições contidas nas peças que o compõe e Pregão Presencial nº 28 de 15 de outubro de 2012.

Florianópolis, 25 de outubro de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Mateus Maier- Sócio Administrador

*** X X X ***

EXTRATO Nº 147/2012

REFERENTE: 07º Termo Aditivo de 18/10/2012, referente ao Contrato CL nº 026/2008, celebrado em 05/05/2008

CONTRATANTE: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina

CONTRATADA: TOP PARK SERVIÇOS DE ESTACIONAMENTO LTDA-ME

OBJETO: Conceder, o reajuste no preço da prestação de serviços de estacionamento das 40 vagas para os veículos dos Deputados da ALESC, aumentando o valor mensal de R\$ 7.195,09 para R\$ 7.457,95, representando um acréscimo mensal de R\$ 262,86.

Tal reajuste representa um acréscimo de 3,65%, relativamente ao período de 1º maio de 2011 a 30 abril de 2012.

VIGÊNCIA: Passa a vigorar a partir de 18/10/2012 com efeitos a contar de 1º de maio de 2012, ficando ratificado o Contrato original em todas as suas demais cláusulas e condições.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93; Item 3.5 da Cláusula Terceira do Contrato original e, Autorização administrativa.

Florianópolis, 25 de outubro de 2012.

Deputado Gelson Merisio - Presidente da ALESC

Wilson Leandro Probst- Sócio

*** X X X ***

OFÍCIO

OFÍCIO Nº 640/12

Ofício nº 012/2012 Concórdia - SC, 15 de outubro de 2012
Encaminha a documentação para a manutenção do título de reconhecimento de utilidade pública do **Associação Italiana - Vêneta de Concórdia**, de Concórdia referente ao exercício de 2011.

Cristiane Zucchi
Presidente

Lido no Expediente
Sessão de 25/10/12

*** X X X ***

PORTARIAS

PORTARIA Nº 2451, de 26 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **GRAZIELA MELLER MILANEZE**, matrícula nº 6866, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a função de Chefia de Seção - Suporte Técnico, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, LÉIA MENDES COOK, que se encontra em prorrogação de licença para tratamento de saúde, por mais 60 (sessenta) dias, a contar de 29 de setembro de 2012 (DL - Diretoria Legislativa).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PORTARIA Nº 2452, de 26 de outubro de 2012

O DIRETOR GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA, no exercício das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 18 da Resolução nº 001, de 11 de janeiro de 2006,

RESOLVE: com fundamento no art. 3º, §1º, e art. 38, da Lei nº 6.745, de 28 de dezembro de 1985,

DESIGNAR a servidora **FERNANDA SIMÕES VIEIRA GUIMARÃES TORRES**, matrícula nº 1825, do Quadro de Pessoal da Assembleia Legislativa, para exercer, em substituição, a Chefia de Seção - Fisioterapia, código PL/FC-3, do Grupo de Atividades de Função de Confiança, enquanto durar o impedimento da respectiva titular, SILVIA REJANE BOTOMÉ, que se encontra em fruição de licença prêmio por 60 (sessenta) dias, a contar de 23 de outubro de 2012 (DRH - Coordenadoria de Saúde e Assistência).

Carlos Alberto de Lima Souza
Diretor Geral

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 334/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 692

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE, SENHORAS E SENHORES DEPUTADOS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável, o projeto de lei que "Altera a Lei nº 15.855, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) para atender ao Programa Acelera Santa Catarina".

Florianópolis, 23 de outubro de 2012

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 24/10/12

EM N. 45/12

Florianópolis, 19 de outubro de 2012.

Excelentíssimo Senhor

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

NESTA

Senhor Governador,

Submeto à elevada apreciação de Vossa Excelência proposta de alteração da Lei nº 15.855, de 02 de agosto de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

Pretende-se estender a possibilidade de utilização dos recursos relativos à operação de empréstimo referida na Lei a projetos estruturantes da área do desenvolvimento econômico, a fim de fortalecer a economia catarinense e atrair novos investimentos para o Estado de Santa Catarina.

Outrossim, o art. 2º da proposta possibilita que os recursos sejam destinados à capitalização do banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE), e não apenas do BADESC, viabilizando a atuação de mais uma agente financeiro oficial no âmbito Programa Acelera Santa Catarina.

Por derradeiro, em atendimento ao que preceitua o art. 8º, inciso VII do Decreto nº 470, de 31 de agosto de 2011, solicito seja o presente projeto submetido à ALESC, em regime de urgência, haja vista sua relevância para o nosso Estado.

Respeitosamente,

PAULO BORNHAUSEN

Secretário de Estado

PROJETO DE LEI Nº 334.9/2012

Altera a Lei nº 15.855, de 2012, que autoriza o Poder Executivo a contratar operação de crédito com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no montante de até R\$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), para atender ao Programa Acelera Santa Catarina.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica acrescido o inciso XI ao § 1º do art. 1º da Lei nº 15.855, de 02 de agosto de 2012, com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 1º

.....

XI - desenvolvimento econômico.

..... " (NR)

Art. 2º O § 2º do art. 1º da Lei nº 15.855, de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º

.....

§ 2º Fica o Poder Executivo autorizado a subscrever e a integralizar, com os recursos da operação de crédito autorizada por esta Lei, aumento de capital na Agência de Fomento do Estado de Santa Catarina S.A. (BADESC) e no Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)." (NR)

Art. 3º Fica acrescido o § 3º ao art. 1º da Lei nº 15.855, de 2012, com a seguinte redação:

"Art. 1º

§ 3º O aumento de capital no BRDE, nos termos do § 2º deste artigo, será no montante de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais)." (NR)

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis,

JOÃO RAIMUNDO COLOMBO

Governador do Estado

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 335.0/2012

Altera a ementa e o artigo 1º da Lei nº 15.529, de 27 de julho de 2011, que instituiu o Dia Estadual do Portador da Síndrome de Down.

Art. 1º A ementa e o artigo 1º da Lei nº 15.529 de 27 de julho de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Institui o Dia Estadual da Pessoa com Síndrome de Down." (NR)

Art. 1º Fica instituído o Dia Estadual da Pessoa com Síndrome de Down, a ser comemorado no dia 21 de março. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da publicação.

Sala das Sessões

Deputado José Milton Scheffer

Lido no Expediente

Sessão de 24/10/12

JUSTIFICATIVA

Submeto à elevada consideração dos nobres Pares o presente projeto de lei que visa alterar a nomenclatura do dia estadual do portador da Síndrome de Down, evitando o vocábulo "portador" posto que referido uso dessa terminologia pode reforçar a exclusão e a segregação.

A construção de uma verdadeira sociedade inclusiva passa também pelo cuidado com a linguagem. Na linguagem se expressa, voluntária ou involuntariamente, o respeito ou a discriminação em relação às pessoas com deficiências.

No Brasil, tornou-se bastante popular, acentuadamente entre 1986 e 1996, o uso do termo portador de deficiência (e suas flexões no feminino e no plural). Pessoas com deficiência vêm ponderando que elas não portam deficiência; que a deficiência que elas têm não é como se fossem coisas que, às vezes, portamos e outras não (por exemplo, um documento de identidade, um guarda-chuva).

A utilização doravante do termo "pessoa" com deficiência é decorrente da evolução das relações humanas e da universalização do termo empregado em todos lugares, indo ao encontro do desejo dos deficientes de serem chamados pelo nome equivalente, em cada idioma, ao termo "pessoas com deficiência".

O termo "pessoas com deficiência" faz parte do texto da Convenção Internacional para Proteção e Promoção dos Direitos e Dignidade das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU - Organização das Nações Unidas, ratificada pelo Brasil, decidiu pelo termo acima nominado.

Ante a mudança e a convenção do emprego e uso do vocábulo em questão, espero receber o apoio dos colegas Parlamentares para a aprovação do presente projeto de lei.

Deputado José Milton Scheffer

*** X X X ***

REDAÇÕES FINAIS

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 085/2012

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Napolini (ASSOMIN), de Criciúma.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores do Bairro Napolini (ASSOMIN), com sede no Município de Criciúma.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de outubro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 142/2012

Denomina Rodovia da Integração Rui Rolim de Moura o trecho da Rodovia SC-159 que liga o Município de Águas Frias a Nova Erechim.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica denominado Rodovia da Integração Rui Rolim de Moura o trecho da Rodovia SC-159 que liga o Município de Águas Frias a Nova Erechim.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogada a Lei nº 13.986, de 26 de janeiro de 2007.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de outubro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI N. 0228.8/2012

O inciso II do art. 3º do Projeto de Lei nº 0228.8/2012 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 3º

.....
II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;"

APROVADO EM TURNO ÚNICO

Em Sessão de 17/10/12

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 228/2012

Declara de utilidade pública a Associação Anti-Álcool e Dependência Química de Apoio às Famílias do Extremo Sul Catarinense, de Praia Grande.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação Anti-Álcool e Dependência Química de Apoio às Famílias do Extremo Sul Catarinense, com sede no Município de Praia Grande.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 23 de outubro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 296/2012

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibirama.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibirama, com sede no Município de Ibirama.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de outubro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 293/2012

Dispõe sobre permuta de imóveis no Município de Joinville.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica o Poder Judiciário, por intermédio do Tribunal de Justiça, autorizado a permutar o imóvel do Estado de Santa Catarina, matriculado sob nº 116.944, fl. 1, do Livro nº 2, Registro Geral, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville, em data de 5 de fevereiro de 2009, por outro, de propriedade do Município de Joinville, matriculado sob os nºs 70.054, 81.024 e 81.025, do Livro nº 2, Registro Geral, do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Joinville, em datas de 7 de agosto de 1992, 5 de setembro de 1995 e 5 de setembro de 1995, respectivamente.

§ 1º O imóvel do Estado de Santa Catarina referido no *caput* deste artigo localiza-se à Rua Princesa Isabel, nº 220, Centro, representado por um terreno urbano com área de 2.049,952 m² (dois mil, quarenta e nove metros e novecentos e cinquenta e dois decímetros quadrados) e respectiva edificação consistente em um prédio de alvenaria, com área construída de 3.460,81 m² (três mil, quatrocentos e sessenta metros e oitenta e um decímetros quadrados).

§ 2º O imóvel do Município de Joinville referido no *caput* deste artigo, a ser permutado com o imóvel do Estado de Santa Catarina, situa-se na Avenida Hermann August Lepper, nº 1.060, Centro, representado por um terreno urbano com área de 4.022,22 m² (quatro mil, vinte e dois metros e vinte e dois decímetros quadrados) e respectiva edificação consistente de um prédio de alvenaria de 2 (dois) pavimentos, com área construída de 1.242,00 m² (hum mil, duzentos e quarenta e dois metros quadrados).

Art. 2º A permuta autorizada pela presente Lei tem a finalidade de transferir definitivamente para o domínio do Estado de Santa Catarina o imóvel descrito no art. 1º, § 2º, da presente Lei, e para o Município de Joinville o imóvel descrito no art. 1º, § 1º, desta Lei, preenchedo os pressupostos fundamentais enumerados no art. 17, inciso I, alínea "c", e art. 24, inciso X, ambos da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta do orçamento do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, na medida da responsabilidade do Poder Judiciário.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de outubro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***

REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N. 296/2012

Declara de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibirama.

A Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina decreta:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Ibirama, com sede no Município de Ibirama.

Art. 2º À entidade de que trata o artigo anterior ficam assegurados todos os direitos e vantagens da legislação vigente.

Art. 3º A entidade deverá encaminhar, anualmente, à Assembleia Legislativa, até o dia 17 de julho do exercício subsequente, para o devido controle, sob pena de revogação da presente Lei, os seguintes documentos:

I - relatório anual de atividades do exercício anterior;

II - atestado de funcionamento atualizado, nos termos da legislação vigente;

III - certidão atualizada do registro da entidade no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas; e

IV - balancete contábil.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS COMISSÕES, em Florianópolis, 24 de outubro de 2012

Deputado Romildo Titon

Presidente da Comissão de Constituição e Justiça

*** X X X ***